



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
28 DE SETEMBRO DE 2010

-- Aos **VINTE E OITO** dias do mês de **SETEMBRO** de **DOIS MIL E DEZ**, nesta cidade de Vila do Conde, edifício do Auditório Municipal, "Sala Dr. Jorge Laranja", reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS: **1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** a) Acta da Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2010; b) Adesão do Município de Vila do Conde à Associação "Agência de Energia do Porto" e subscrição de 54 unidades de participação do Património Associativo Nominal, da Associação, pelo valor nominal de 6.750,00€; c) Alienação de Acções de que o Município de Vila do Conde detém, a título de participação social, na Sociedade "Municipia-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.; d) Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal; e) Imposto Municipal sobre Imóveis; f) Derrama Municipal; g) Informação da Presidência da Câmara sobre a Actividade Municipal. **3 – PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA.** -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA**, procedeu à chamada, verificou a existência de quórum e abriu a sessão pelas **vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.** -----

--- Encontravam-se ainda presentes: o **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º MÁRIO ALMEIDA** E OS **VEREADORES; PROF. DOUTOR VÍTOR COSTA, DR. AURÉLIO BAPTISTA, ENG.º ANTÓNIO CAETANO, ENG.º SARA LOBÃO, DR. PEDRO BRÁS MARQUES, ENF.º CARLOS ALBERTO FIGUEIRAS SILVA.** -----

--- Pediram a substituição do respectivo mandato a deputada municipal: **DR.ª ANA MARIA LIMA ABREU CARVALHO (MOTIVOS PESSOAIS/INADIÁVEIS), FRANCISCO ARAÚJO CARVALHO (SUSPENSÃO/30 DIAS), DR. RICARDO AUGUSTO PEREIRA SANTOS (SUSPENSÃO), JOAQUIM ADRIANO NEVES CARVALHO (MOTIVOS/PROFISSIONAIS).** -----

--- **O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LABRUGE**, informou não poder estar presente por motivos particulares. -----

--- **Faltou O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA: CANIDELO.** -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento da correspondência recebida. ----

--- De seguida abriu o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **DOC. 1**, apresentado pelo PPD/PSD, Voto de Congratulação¹, relativo à situação da Fábrica de Mindelo e indemnização recebida pelos trabalhadores.-----

--- **O Presidente da Assembleia** informou que sobre o mesmo assunto existia um outro

¹ Doc. 1 que se anexa à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2

Voto de Congratulação, Doc. 2², apresentado pelo PS, pelo que seriam os dois debatidos em conjunto.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: *“Antes do mais os meus cumprimentos à mesa da assembleia, executivo camarário na pessoa do senhor Presidente, excelentíssimos senhores Vereadores, Deputados das diversas bancadas, público presente, senhores jornalistas. Como é evidente, também eu, estou satisfeito com estes dois votos que aqui foram trazidos, embora considere que são substancialmente diferentes entre si. Um deles, nomeadamente o do PSD, faz referência a todos, o esforço de todos aqueles que lutaram, envolvendo as faces mais visíveis e aquelas que não são tão visíveis. Recordo por exemplo uma face que provavelmente não terá sido visível, que será a face dos sindicatos e que durante dezasseis anos carregaram o processo por seis diferentes tribunais, de Trabalho, do Comércio, da Relação, no Supremo, no Tribunal Constitucional e no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. É para ver como, às vezes, quem não é referido, nem sequer aparece, enquanto outros aparecem porque importa efectivamente valorizar a sua intervenção, que não se desmente, mas que deverá ser considerada exactamente como são consideradas todas as outras, um louvor a todos aqueles que se esforçaram para que aqueles trabalhadores recebessem as suas indemnizações. Já agora porque este Voto de Congratulação aqui apresentado pelo PSD refere que muitas outras empresas estão na mesma situação, atrevo-me a dizer que se prevê que no futuro próximo, talvez não tão distante como aquele que se verificou relativamente aos trabalhadores da Mindelo, os trabalhadores da Narfil, da Jocomo e até da Postiga e Feiteira possam receber também as suas indemnizações”.*-----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: *“Senhor Presidente da Assembleia, Deputados, senhores Vereadores, senhor Presidente da Câmara. A questão do PSD tem a ver com o que disse o nosso companheiro Fernando Reis. Nós quando colocamos no fim deste Voto de Congratulação todos aqueles que lutaram para este resultado, quisemos de alguma forma abranger todos e não especificar ninguém. Parece-me que para se fundir o Voto de Congratulação, que deveria ser aprovado por unanimidade nesta Assembleia, creio que poderíamos retirar esta menção expressa ao Presidente da Câmara, porque parece que há aqui qualquer coisa de obrigatório. Mesmo sabendo, seja feito esse reconhecimento em relação ao engenheiro Mário de Almeida, que se esforçou e muito, por conseguir este resultado. Parece-me que o Voto do PSD é mais abrangente, não distingue ninguém em particular e ao mesmo tempo distingue todos. No fundo é o resultado que se pretende. Não queria também de deixar aqui aos presentes (já me começam a interromper, mas já estou habituado) que convém lembrar que foi também através de um Governo PSD, nomeadamente com a entrada em vigor do Código do Trabalho, o chamado Código Bagão Félix, que permitiu (Bagão Félix, Ministro do CDS, mas de um Governo PSD, liderado pelo Presidente do PSD) que se invertesse uma tendência que já vinha de há muito tempo. As garantias reais,*

² Doc. 2 que se anexa à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo bancos com hipotecas reais, ficaram preteridas em relação aos trabalhadores. Há que registar que esta indemnização aos trabalhadores da Mindelo só é possível porque houve esta alteração, em boa hora produzida por um Governo PSD, que veio de alguma forma contribuir para que haja justiça nos processos de falência. Quando dantes todas as garantias reais, mobiliárias e mesmo créditos mobiliários ultrapassavam os direitos dos trabalhadores, é através desta introdução no Código de Trabalho que é permitido que os trabalhadores sejam pagos mesmo contra quem tem hipotecas e portanto garantias reais. Em relação à fusão do documento, nós não nos opomos. O que achamos era que deveria ficar a redacção que está do PSD, pelo menos na parte em que louva e se congratula com todos aqueles que contribuíram para o desfecho que acabou por acontecer na Mindelo". -----

--- **CARLOS LARANJA DO PS** disse: "Há dois aspectos da intervenção do orador que me antecedeu que gostava de salientar. O primeiro é que ele próprio reconheceu aqui o papel importante que desempenhou o Presidente da Câmara. Ora se reconhece o papel importante que desempenhou o Presidente da Câmara, acho que justo é referilo. Por outro lado, referiu também que a proposta do PSD é abrangente. Não vejo como. A menos que, e eu entendo, é natural, não tenha ouvido com atenção a leitura do nosso documento que termina dizendo "... a Assembleia Municipal reunida a 28 de Setembro, congratula-se com o desfecho deste processo e enaltece o trabalho de todos aqueles que para ele contribuíram... ". Tal como diz o vosso documento. Sinceramente não vejo pertinência na sua intervenção". -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA**, disse: "Boa noite a todos. Sendo visado nesta discussão, gostaria de dizer e de sossegar o Partido Socialista, naturalmente reconhecendo o seu gesto, que para mim não é muito importante o sentimento da Assembleia Municipal. É interessante, mas não é importante. Importante para mim é o que sentem os trabalhadores da Fábrica de Mindelo, porque sabem que estive efectivamente sempre com eles. Numa intervenção anterior referiram os sindicatos. É bom lembrarmos que o sindicato representativo dos trabalhadores esteve contra eles nesta fase final, esteve ao lado da banca contra eles. Entendeu que eles já não tinham direito a receber esta última tranche. Os trabalhadores estiveram isolados, tiveram exclusivamente ao lado deles a Câmara e, felizmente, o liquidatário judicial que pensou como eles e como nós. O que é importante, é o sentimento dos trabalhadores. Foi eles terem ido à Câmara, terem feito questão de ir à Câmara, na passada quinta-feira, referir-se ao resultado que se tinha obtido. A Câmara naturalmente sabia-o, porque sempre os acompanhou, esteve presente nas últimas diligências. A propósito da Medalha de Mérito que foi falada, o senhor Fernando Gomes teve o discernimento de considerar que não a queria. Mas mais do que isso, que não a merecia, porque não esteve a trabalhar para Vila do Conde, esteve a trabalhar para ele e para os seus colegas, para receberem o dinheiro que achavam que tinham direito. Foram ali para me agradecer. Fizeram questão de me agradecer publicamente, eles que na hora própria queriam tomar uma posição de reconhecimento pela acção que a Câmara teve, dizendo eles e parece que também o



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disseram à Comunicação Social, quando com ela reuniram, que de todas as portas a que bateram, a única que se abriu foi a do Presidente da Câmara". -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: "Foi só que fiquei sem perceber o que é que vamos votar. Fundem-se ou não os documentos? Pelo que percebi das palavras do senhor Presidente da Câmara, não se importa nada que seja retirado o nome dele da Moção apresentada pelo Partido Socialista. Deduzi que ficaria com a redacção final a todos os que contribuíram para o resultado e nesse caso poderíamos fundir. Foi isso que eu percebi das palavras do senhor Presidente da Câmara que não está preocupado com o sentimento da Assembleia Municipal e portanto que não se importaria nada que fosse o voto, sem fazer menção expressa ao senhor Presidente". -----

--- **CARLOS LARANJA DO PS** disse: "Todos nós percebemos que o senhor Presidente da Câmara não se importa nada que o nome dele seja retirado. Mas o senhor ainda não percebeu que este Grupo aqui é o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal. Aquele pode ser o Grupo do Partido Socialista da Câmara Municipal. Não é a mesma coisa. Nós temos a nossa opinião e o nosso documento é para manter, pelo que se não aceitarem a fusão do documento, peço para serem votados em alternativa". -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse: "Foi deturpado o sentimento das minhas palavras e eu não posso permitir isso. Eu disse que o importante para mim era o sentimento dos trabalhadores e disso a gravação falará por mim. Disse que a posição da Assembleia era interessante, a atitude do Grupo do Partido Socialista é interessante, mas para mim o importante é o sentimento dos trabalhadores. E esse eu sei qual é". -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA** informou que os documentos iam ser votados em separado, primeiro o apresentado pelo PPD/PSD e depois o do PS. -----

--- O Documento do **PSD** - TEVE **14 VOTOS A FAVOR E 43 VOTOS CONTRA**. -----

--- O DOCUMENTO DO **PS** FOI **APROVADO** - COM **46 VOTOS A FAVOR E 11 ABSTENÇÕES**. ---

--- DOC. 3, apresentado pelo CDS/PP, Voto de Protesto³, sobre a indústria têxtil.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: "Não deixa de ser irónico que seja exactamente oriundo de um partido que defende a globalização, que surja este Voto de Protesto. Mas reflecte também uma preocupação que nós acreditamos que é séria relativamente ao futuro da têxtil no nosso país e na nossa região. De facto, a concorrência dos países do chamado terceiro mundo, nomeadamente da Ásia, faz-se em condições muito díspares daquelas que se verificam no Mercado Europeu. É impossível concorrer de igual para igual, pese embora se comece a verificar alguns aspectos interessantes, nomeadamente na Birmânia, onde muito recentemente houve um conjunto de trabalhadores, exactamente da têxtil, que fizeram greve porque não aceitavam um aumento de oitenta por cento dos seus salários. Queriam trezentos por cento, já que os seus produtos destinavam-se maioritariamente à Europa. É evidente que eles sabiam quais eram os salários dos europeus. Mesmo assim ficariam muito

³ Doc. 3 anexo à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

distantes desses mesmos salários. A partir daí começou a verificar-se que algumas empresas começam também a considerar que se calhar pode ter acabado algum paraíso relativamente à exploração da indústria e à venda de determinados produtos na Europa. No entanto, nós não podemos só pensar em termos de futuro a médio e longo prazo, também temos que pensar no imediato e no imediato isto é absolutamente preocupante, daí que o PCP esteja de acordo com esta posição do CDS/PP". -----

--- **CARLOS LARANJA DO PS** disse: "Na verdade este documento, na sua essência, merece o nosso apoio. A nossa posição enquanto Assembleia Municipal de Vila do Conde nada vale, excepto por uma questão de princípio, uma questão de solidariedade. Merece o nosso voto favorável. Contudo, há um aspecto que é referido e que merece o nosso aplauso, que é a diferença entre os trabalhadores dos países referidos, China, etc., e os trabalhadores portugueses. Estes têm os seus direitos, podem não ser os direitos que gostariam de ter, mas têm, contra a vontade, por exemplo, da esmagadora maioria de empresários que o que gostariam era de lhes tirar todos os direitos. Mas também, isto a propósito de empresários, há que reconhecer que a têxtil está como está, porque a maioria dos nossos empresários não têm competência absolutamente nenhuma. Apenas são empresários porque já o pai era e deixou-lhe a fábrica. Competência, nenhuma. Os competentes estão bem, como se verifica nos têxteis lar, em que Portugal está na vanguarda. O mesmo no vestuário de qualidade. Só não estão na vanguarda aquelas empresas que efectivamente não tiveram capacidade para acompanhar os tempos modernos e se desenvolverem, porque não têm empresários competentes". -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: "Eu nem ia fazer intervenção nenhuma sobre este ponto. Mas depois de ouvir esta prelecção do meu companheiro Carlos Laranja, sou obrigado a concluir que o mal deste país são os empresários. Caro deputado, o que me diz aos impostos que esses empresário pagam? O que pagam à Segurança Social? Às dificuldades que esses empresários têm para receberem do próprio Estado? O problema não são os empresários. O problema é o país e o sistema que está montado. Desde a altura do Professor Cavaco Silva que se tem agravado de uma forma gigantesca e que termina com isto que nós temos vindo a assistir, com seiscentos e trinta e oito Institutos Públicos. Quanto aos empresários e como olhou para mim quando não fui eu, nem o meu Grupo Municipal que apresentamos este Voto de Protesto, digo-lhe que eu também sou empresário. No que me toca faço questão, porque fui educado assim, de respeitar sempre os empregados, mais do que a própria família. O que está aqui em questão não são os empresários, o que está aqui em questão, e nós concordamos plenamente com o voto de protesto da parte do CDS-PP, é uma falta de cuidado de ver um bocadinho mais além. Abrimos as portas à China, à Ásia. O lucro que vamos ter é quase nenhum. É evidente que foi um mau negócio que a União Europeia fez. É evidente que foi um péssimo negócio não só para os empresários portugueses, mas para muitos empresários europeus, o tipo de contrato que fizeram com o Oriente, porque eles entram cá e nós não entramos lá, muito



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

difícilmente entramos lá. Quem tiver uns amigos no Governo que tenha os contactos na China, a embaixada dá uma ajuda. Esses ainda conseguem sobreviver. Agora o pequeno empresário do Vale do Ave não, não me venha dizer que ele é o culpado da crise".

--- **ESTE VOTO DE PROTESTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.**

--- DOC. 4, apresentado pelo BE, Declaração Política⁴, sobre a semana europeia da mobilidade.

--- DOC. 5, apresentado pela CDU, Proposta de Moção⁵, sobre o centenário da República.

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: *"Eu acho que o centenário da República é muito importante para que esta Assembleia se não pronuncie sobre o mesmo. Eu acho, e é verdade, que todos os direitos nomeadamente a concepção de direitos democráticos que hoje temos, decorre exactamente desse acto de mil novecentos e dez. Claro que depois as coisas foram-se aperfeiçoando, foram modificando, os tempos foram modificando e obrigaram as mentalidades também a adaptarem-se. Mas é obvio que a República teve um papel preponderante na nossa sociedade. Parece-me também por demasiado evidente, embora saiba que existe essa proposta para que seja na Praça Vasco da Gama, onde habitualmente se fazem este tipo de iniciativas, que deveria ser na Praça da República, porque é exactamente o símbolo máximo da República, no concelho de Vila do Conde. Admito que outros não pensem assim. Este é o meu pensamento. É isto que eu proponho. Se entenderem que deve decorrer exactamente no mesmo sitio onde estava marcado por uma questão de marcação prévia, não será por isso que eu deixo de levar esta moção a votação, ainda que modificando para outro local a convocatória popular".*

--- Foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** encerrou o Período de Antes da Ordem do Dia e abriu o PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

--- **a) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2010.**

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse: *"Pedia ao Senhor Presidente da Mesa que me deixasse fazer uma pequena declaração prévia à discussão do assunto que é a acta. Todos os que estiveram na última Assembleia Municipal perceberão do que se trata. Estão lembrados que na última Assembleia Municipal fiz uma afirmação dizendo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, teria votado a favor dos "Chips" na Assembleia da República e que isso seria prejudicial aos interesses do município. Acontece, como foi esclarecido na altura, o senhor Presidente e também Deputado, não estava na Assembleia da República. E como tal, já o fiz pessoalmente, queria-o fazer aqui em público, no mesmo local e na presença do senhor Presidente, apresentar este pedido de desculpas, que é repetido e que agradeço. Relativamente à questão da acta há uns pequenos erros ortográficos que eu vou prescindir de os*

⁴ Doc. 4 que se anexa à acta.

⁵ Doc. 5 que se anexa à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7
[Handwritten signature]

referir, (como o plural de porta voz, como transcrever exactamente o que está nas actas em vez de cassetes, como a cada um Grupo e a cada ponto um terminado tempo, em vez de determinado tempo). Pequenas coisas. Mas a questão mais relevante que me fez intervir diz respeito à última parte, ao motivo porque foi interrompida a última Assembleia Municipal. A propósito do motivo que levou o Presidente da Mesa a encerrar os Trabalhos a Acta não é muito explícita. Pelo menos podia sê-lo mais, afirmando que o encerramento se deveu à falta de quórum após a suspensão dos cinco minutos. Não diz que os deputados que se ausentaram foram todos e só da bancada do PS. Tendo seguido nessa atitude o senhor Presidente da Câmara. Eu penso que foi exactamente isto que aconteceu e penso que a acta estaria de acordo com a realidade dos factos se acrescentasse isso para que não desse a ideia de que fui eu, ou foram os Deputados da Oposição, ou foi um conjunto de Deputados da maioria da Oposição que se ausentaram e que impediram a Assembleia de continuar. Foram só Deputados da maioria da bancada do PS que se ausentaram seguindo o senhor Presidente da Câmara. Cabe aqui também fazer um outro esclarecimento porque teve impacto no concelho de Vila do Conde. Uma ligeira correcção relativamente ao que a imprensa noticiou quer em Vila do Conde quer na Póvoa de Varzim. Não é verdade que o Presidente da Mesa se tenha ausentado e seguido o senhor Presidente da Câmara sem encerrar os trabalhos, como noticiou o Póvoa Semanário. O Póvoa Semanário diz que o senhor Presidente da Mesa seguiu o senhor Presidente da Câmara e que abandonou a Assembleia sem encerrar os trabalhos. O que é uma noticia obviamente incorrecta. Igualmente não é verdade que após a interrupção os ânimos não tenham serenado e muito menos que foi esse facto que motivou o encerramento dos trabalhos. Não houve exaltação após a interrupção. O senhor Presidente encerrou os trabalhos porque não havia quórum e não porque havia pessoas que não tinham entretanto serenado nos cinco minutos, como noticiou o Jornal de Vila do Conde. Cabe referir e corrigir. A Acta desmente essas noticias e como as noticias estão em desacordo com aquilo que se passou, é bom, é importante que os vilacondenses tenham uma informação correcta quer num sentido quer no outro".

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: "Quero registar a atitude de dignidade do senhor deputado por publicamente, nesta sessão, usar da palavra e pedir desculpa pelo que fez ou pelo que disse na sessão anterior. De resto confirmo que recebi um e-mail, contendo o pedido de desculpas. De todo o jeito não posso deixar de referir que a forma como foi posta em causa a minha honra e a minha dignidade é manifestamente difamatória, contém matéria crime. Felizmente e quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara que usou de imediato da palavra em defesa da minha honra, porque eu estava ausente. Felizmente que participei em actos públicos e fui visto por muita gente. Era notório que eu não estava naquele momento na Assembleia da República, não participei nas votações. Considero o assunto encerrado. Acho que deve haver mais cuidado, as pessoas devem falar quando tiverem a certeza para não terem que passar por estas situações que são desagradáveis para si, mas muito mais



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desagradáveis para mim. Aceito o pedido de desculpas". -----

*--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: "Não me vou referir aos erros ortográficos. Mas vou referir-me a um lapso de palmatória porque quer a terra, quer os factos ocorridos, merecem que efectivamente sejam registados da forma correcta. Não conheço nenhum município de Vila Nova de Cerqueira. Como é óbvio, é Vila Nova de Cerveira. Depois dizer que relativamente à acta, verificamos que a pontuação é um autêntico desastre. Entende-se que quem faz a acta não pode, de facto, ler o intuito do orador. Mas alguma sensibilidade lhe deveria ficar porque há apartes que são registados como se fossem sequência normal da mesma intervenção. Depois também, e aqui para o doutor Manuel Amorim, só para lhe dizer que efectivamente não concordo nada que a pontuação seja tipo "Saramago", porque Saramago não costumava atirar as vírgulas, os pontos finais e as reticências para o ar, e caíssem da forma que caíssem. Para além disso lembrar que na Assembleia anterior pedi um conjunto de documentos à Mesa da Assembleia, apresentando um requerimento oral, relativamente ao Relatório de Actividades Extra Curriculares que não nos foi mandado, lembrando que já na Assembleia anterior tinham sido pedidos um conjunto de elementos que também não foram remetidos. O que no mínimo terá que ser visto como algum menosprezo para com os Deputados das diversas forças políticas presentes nesta Assembleia, nomeadamente aquelas que são da oposição. Depois um último reparo, na página 18 da acta, tem algo que modifica completamente o sentido e que também terá que ser revisto como é evidente. Dizendo que as Actividades de Enriquecimento Curricular decorrem no início do tempo lectivo e no final do tempo lectivo. Eu percebo que haja alguns professores e isto é uma intervenção do doutor Fernando Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira, eu percebo que haja alguns professores que cooperativamente sejam contra as AEC's". -----*

*--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: "Em primeiro lugar queria dizer ao meu companheiro Fernando Reis que quem diz que o escritor José Saramago não escreve com pontuação e já o disse há muitos anos, foi o nosso Presidente da República, o Professor Cavaco Silva e eu secundo-o. Agora em relação à acta eu queria agradecer o cuidado que tiveram em respeitar a minha observação da última Assembleia. Reconheço que a acta está praticamente fiel ao que se passou aqui e que estes reparos que lhe têm feito, não tem a gravidade daqueles que eu fiz da última vez. Porque aqui compreende-se claramente que são erros na declaração, a pessoa quer dizer de uma forma e diz de outra por lapso, não me parece que isso seja uma coisa susceptível de ser aqui tão reparada ... (**MUDANÇA DE CASSETE**) ... o Presidente da Câmara pressentindo o perigo e sabendo que ao fim de trinta anos finalmente estaria ali alguém ao fundo, que o Povo tinha perdido o medo e estava ali no público para o confrontar, sabiamente, porque é um sábio nestas coisas de política, abandonou e com ele toda a sua "trupe", abandonou a Assembleia" (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** pediu contenção na linguagem e que fosse retirada a palavra trupe) "Eu peço desculpa, retiro a palavra se vossas excelências se sentem tão ofendidos. Não sabia que a palavra "trupe" era assim de uma forma, tinha um sentido tão pejorativo.*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De qualquer forma o que está em questão e o que eu estava a dizer e que vem aqui na acta, parece-me que não de uma forma fiel, é que o senhor Presidente abandonou e com ele todo o seu Grupo Municipal abandonou, de forma a que não tivesse que responder ao público. Como disse, pela primeira vez, ou pelo menos é raro, estavam aqui para o confrontar com situações que tinham a ver com as actividades curriculares, mas que são extra curriculares. De qualquer forma também queria chamar a atenção, porque passa aqui uma imagem e nós vamos votar a favor desta acta, mas no fim quando diz que o motivo pelo qual o Presidente em Exercício nesta Assembleia interrompeu a sessão, tinha a ver com o facto de ter solicitado ao Deputado Armando Herculano, do BE, para se sentar. Estou a ler o que está escrito. Como não o fez e não havia condições para serenamente continuar a sessão, e depois faz aqui apologia de um facto que eu não sei onde ele foi ver isto. Porque diz, já que vários deputados persistiam em falar do lugar, suspendeu a sessão. Mas a final de contas, a bem da verdade, o senhor Presidente interrompeu esta sessão porque não conseguia controlar o Deputado Herculano ou porque havia mais Deputados a falar do lugar. É que fica aqui a dúvida e parece-me que ninguém ou pelo menos eu e os outros líderes apesar de estarmos a debater a questão, ninguém pôs em questão as ordens do senhor Presidente. Gostaria que me esclarecesse, que fosse de alguma forma rectificado, que a discussão foi com o Deputado Armando Herculano. Os presentes aqui com certeza se recordam. Agora dizer que também os outros Deputados quase a insinuar que enfim os insurrectos não respeitam a ordem da Assembleia Municipal, não me parece que reproduza de forma fiel o que se passou nesta Assembleia. Por fim queria perguntar em que é que ficamos? Não devia ter havido uma segunda reunião, não devia ter tido uma segunda sessão? Não devia ter havido nova sessão para que o público pudesse legitimamente exercer o direito de questionar a Câmara Municipal?" -----

--- BRUNO ALMEIDA DO PS disse: "Eu devia estar aqui para defender a honra mediante a expressão que foi há pouco utilizada. E gostaria de lembrar que, é verdade, estou de acordo com a generalidade dos senhores Deputados. O fim desta acta não retrata correctamente o término da última Sessão. Porque aquilo que aconteceu foi que o senhor Deputado Manuel Amorim à semelhança do que fez agora, voltou a desrespeitar o Grupo do Partido Socialista. Começou por referir que este não vai "berrar", este só "berra". Disse isto berrando, voltado para o Grupo do Partido Socialista. Por isso eu pedi a defesa da honra. Foi-me dada a palavra e quando eu estava a tentar iniciar a palavra, o senhor Deputado Armando Herculano desatou aos gritos e impediu que eu usasse da palavra, o que fez com que o senhor Presidente em Exercício, suspendesse os trabalhos. Mas o Grupo do Partido Socialista não pede que seja alterada a acta, porque o que se passou na última Assembleia é de tal modo atentatório da dignidade que deve ter este órgão, em representação de todos os vilacondenses, que para o nós o desejável é que nem sequer se discuta muito sobre isto, para ver se todos nos esquecemos do lamentável episódio que infelizmente mais uma vez esta Assembleia viveu". -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD** disse: *"Muito boa noite. Excelentíssimo Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros Deputados e restantes elementos aqui presentes. A primeira parte era só um pequeno reparo à página, na minha intervenção referem o nome Delfim Maia, o meu nome é Miguel Delfim Maia. Em relação à segunda parte que eu ia falar, faço um bocado minhas as palavras do caro deputado Bruno Almeida, realmente é triste que uma Assembleia Municipal, o órgão mais importante a nível concelhio, representativo de todos os vilacondenses terminar como terminou a última sessão. É triste, envergonho-me muitas vezes do que acontece aqui. Acho que os Deputados que estão aqui há mais tempo, o Executivo Camarário, os Deputados do PS, que já têm aqui tantos anos e que referem muitas vezes que os Deputados do PSD são muito jovens, imaturos, que não têm consciência do que fazem, deviam mostrar como é que funciona e deviam manter-se aqui até ao fim. Esta Acta não é fidedigna daquilo que aconteceu na última Assembleia Municipal. O Executivo Camarário, os Deputados do PS, saíram desta Assembleia Municipal. É triste acontecer isto. Que seja a última vez que isto acontece".* -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse: *"É evidente que a Acta não retrata exactamente. O que retrata exactamente é a cassete. Tragam a cassete. Ouçamos a cassete. Vamos ver quem é que sai envergonhado. Porque contabilizar o tempo dos deputados com o tempo do senhor Presidente da Câmara, é de quem não sabe o mínimo de matemática ao nível primário, porque se meia hora é o tempo dos deputado da Assembleia Municipal, obviamente que contando o tempo do senhor Presidente não dá meia hora. Se somarmos o tempo do senhor Presidente ao tempo dos Membros da Assembleia obviamente que ultrapassa os trinta minutos. Como o Regimento foi feito pelo Partido Socialista, o apelo que eu faço e por isso as pessoas protestaram, foram várias as pessoas que protestaram, foi precisamente por não poderem usar o tempo que está disponível no Regulamento desta Assembleia. Se acham que esta Assembleia deve ter dignidade, senhores economistas que reconheço ,os que sabem de matemática, corrijam isso no Regimento".* -----

--- **JOÃO FONSECA DO PS** disse: *"Antes que isto volte novamente ao mesmo registo, quem está aqui há mais tempo pode de facto partilhar muito ensinamentos. Mas existe uma coisa que é educação. Essa aprende-se até uma determinada idade e depois não se aprende mais. E é difícil de ensinar a educação. As pessoas que vêm para aqui ou a têm, ou não a têm. Infelizmente são muitas as provas de que pessoas que aqui vêm falar, o problema é essencialmente falta de educação. Depois nem sempre a cassete retrata fielmente, quando se fala do lugar, ao berros, a cassete pode não fixar esse registo".* -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: *"Senhor Presidente, em primeiro lugar quero-lhe dizer que estranhei o facto de me ter apercebido do lugar que V. Ex.^a não era conhecedor do que se tinha passado aqui nesta Assembleia. Porque perguntava ao doutor Vítor o que é que se tinha passado. Portanto não se apercebeu da gravidade que foi aqui explicada pelo Deputado Herculano, como o senhor Presidente em Exercício contabilizava o tempo dos trinta minutos. Nesse tempo contabilizava as*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respostas do Presidente da Câmara. Isto é, se alguém faz uma pergunta e o Presidente da Câmara responde durante vinte e nove minutos, esgotou o tempo. É evidente que não é esse o objectivo da lei e portanto havia uma errada interpretação do nosso Regimento. Em relação ao que disse o meu companheiro de assembleia, Bruno Almeida, eu queria dizer que me fez um grande favor, porque eu esqueci-me de fazer este reparo. É que aqui onde diz o Manuel Amorim do PSD disse senhor Presidente, este não vai berrar, este só berra quando as pessoas são mal-educadas. Convém explicar, porque isto se tivesse um português correcto estava entre parênteses, ou entre aspas, que eu estava a responder a um aparte. Quando se fala em educação eu não provoço ninguém. Sou incapaz de me meter com quem quer que seja, mas não admito, não sou homem de levar desaforo para casa. Este aparte tem a ver com o facto de eu me levantar dali e alguém, porque eu não olho para a primeira fila, faço essa justiça os senhores nisso mantêm-se no nível, mas alguém ali de trás disse lá vai este berrar. Esse tipo de comportamento é que devia ser punido pela Mesa da Assembleia. Porque quem provoca a pessoa, quem tem a vontade de ofender é quem está no lugar e muitas vezes, não é desta vez legislatura, eu assisti nas outras, o Deputado Herculano nem se podia levantar. Comigo, o que eu disse está aqui na acta: este não berra, só berra quando são mal-educados. Fui provocado dali com alguém a dizer, lá vai ele berrar. Devia estar, como é evidente, entre parênteses. Por outro lado agradecia que de uma vez por todas ficasse esclarecido, quase como uma espécie de um recurso de fixação de jurisprudência que o senhor Presidente neste momento, não o Presidente anterior, que deixasse claro qual é a interpretação que vamos fazer do Regimento. Afinal de contas o Ponto de Ordem do Dia tem trinta minutos para se discutir ou é trinta minutos incluindo as respostas do senhor Presidente da Câmara? Isto era um facto que convinha que ficasse aqui explicado para as pessoas perceberem". -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: "Relativamente a esta questão da saída dos Deputados e da falta de quórum, aquilo que a Mesa deveria ter feito, como é óbvio, era procurar saber se existia público que quisesse intervir. Primeiro deveria fazer isso. Até podia acontecer que não existisse. O problema estava completamente sanado. E depois devia ter registado e lavrado na acta a saída dos Deputados. Feito isso, aliás penso que decorre da própria lei, o problema estaria ultrapassado. Penso também, e aqui uma crítica para o doutor Manuel Amorim, que isto de avisar o adversário de que aí vem lobo, não resulta. Como é evidente, alguém com a experiência e sagacidade do senhor Presidente da Câmara percebeu isso muito bem". -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse: "Eu não sei o que é isso de vem aí o lobo. Ando há trinta e cinco anos aqui nas lutas e ainda não vi lobo nenhum. Tudo cordeiros e fáceis de abater. Estava aqui a ouvir. Falou-se hoje aqui no Professor Cavaco Silva. Lembrei-me agora de uma frase sua que era: "deixem-nos trabalhar". É que nesta Assembleia vê-se quem são aqueles que falam, não são aqueles que representam muita gente. Quem tem que tomar as decisões são quer a Câmara Municipal maioritariamente do Partido Socialista, quer o Grupo Municipal do Partido Socialista. Já se sabe que aqui



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decide o que o Grupo do Partido Socialista quiser, o resto é conversa. Vemos quem é que fala e quem é que fala pouco. Quando se diz que o Presidente da Câmara ocupa muito tempo, ocupa o necessário. Primeiro porque não respondo a algumas pessoas. Acho que tenho que elevar o nível desta Assembleia e uma forma de o fazer é não responder a determinadas pessoas. Outra é deixá-los falar, porque eles não representam nada, nem ninguém. Os Grupos são pequeninos, representam meia dúzia de pessoas e aquele Grupo que representa mais, é interessante porque são aqueles que não são só derrotados por nós, são aqueles que são derrotados pelos deles, derrotados por eles, nos velhos, nos jovens e são os porta vozes aqui. Coitado de um Partido que de facto está entregue a esta gente". -----

--- AFONSO FERREIRA DO CDS/PP disse: "Boa noite a todos. É a nossa primeira intervenção. Falava-se aqui dos que falam pouco. Procuramos fazê-lo, mas ser produtivos. Três reflexões. A primeira, hesitámos muito mas não resistimos a trazer aqui uma questão que acho que é fundamental e falou-se tanto e ainda não se pôs. É que a sessão anterior da Assembleia terminou sem um aspecto fundamental e que nunca foi corrigido que foi a intervenção do público. É que a sessão terminou antes de se entrar no Período de Depois da Ordem do Dia. Coarctou-se a possibilidade que não sei quantas pessoas, nem quem eram, nem o que estavam cá a fazer, mas sei que pelo menos a vontade de algumas dessas pessoas poderá ter ficado três meses adiado. Hoje poderão fazê-lo, ou seja ... (O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA recordou que a intervenção se deve cingir estritamente ao teor da acta e não sobre o seu funcionamento) ... concretamente um Ponto de Ordem à Mesa. Muito concretamente o tempo que já estamos a perder com isto e retomo o que dissemos na primeira sessão quando se discutiu o Regimento. Estamos aqui, o país está como está, o concelho está como está, os problemas que temos e damo-nos ao luxo de perder com estas minudências, meia hora a discutir uma acta. Lá atrás devem-nos estar a chamar nomes um bocadinho lamentáveis". -----

--- A ACTA FOI APROVADA COM 43 VOTOS A FAVOR E 14 ABSTENÇÕES. -----

--- b) ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE À ASSOCIAÇÃO "AGÊNCIA DE ENERGIA DO PORTO" E SUBSCRIÇÃO DE 54 UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO DO PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO NOMINAL, DA ASSOCIAÇÃO, PELO VALOR NOMINAL DE 6.75,00 €. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA informou: "A proposta é clara. Estas Agências de Energia tinham um âmbito municipal. Havia em Gaia, no Porto e em outros municípios. Mas não no âmbito Metropolitano. Na Junta Metropolitana entendeu-se que haveria toda a vantagem que elas tivessem âmbito Metropolitano. Como se entendia que só uma era demasiado, dividiram-se em duas, uma é a Agência de Energia do Porto e envolve os municípios a norte do rio Douro e outra é a Agência de Energia de Gaia que envolve os municípios a sul do rio Douro. Foi acordado que o valor a pagar fosse em função do número de habitantes. Ao município de Vila do Conde compete-lhe subscrever cinquenta e quatro unidades num total de seis mil, setecentos e cinquenta euros. Dá-nos a possibilidade de nos candidatar-mos a Fundos Comunitários, no sentido de obtermos todas essas vantagens que são apontados nos números um e dois". -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse: "Eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se o Município de Vila do Conde pertence a alguma Agência de Energia Municipal Intermunicipal. Vou ler uma Acta de Março do ano passado. No ano passado o BE apresentou uma recomendação à Câmara. Uma recomendação que tinha três páginas, que foi lida pelo senhor Presidente. Tenho-a aí se alguém quiser. E tem uma resposta do senhor Presidente da Câmara a essa recomendação. Enfim eu posso ler, mas ela tinha como primeiro ponto a adesão do município, à criação do Município numa Agência Municipal de Energia ou a adesão a Agência Intermunicipal ou da Área Metropolitana do Porto. A resposta está aqui na acta da Câmara. O Presidente da Câmara, Engenheiro Mário Almeida esclareceu que estas questões estão, à muito, a ser tratadas pela Câmara Municipal na medida que o concelho de Vila do Conde já integra a Agência de Energia do Porto. Eu não sei se isto é o que parece". -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse: "Isso é óbvio. Quem já pertencia à Agência de Energia do Porto era a Lipor e o município integrando a Lipor, naturalmente, que também lá está. Mas todos os municípios que estavam nessa situação entenderam que haveria agora todo o interesse em que houvesse candidaturas próprias e não somente candidaturas da Lipor, que cada município integrasse por si ou a Agência de Energia do Porto ou a Agência de Energia de Gaia". -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse: "O primeiro ponto da Recomendação dizia o seguinte: Um - Criação de uma Agência Municipal de Energia ou integrar uma existente ou a criar da Área Metropolitana do Porto com os seguintes objectivos. O senhor Presidente da Câmara disse que já pertencia a uma Agência de Energia. O senhor Presidente arranjou aqui agora uma saída airosa, que não é nada airosa, que diz que a Lipor é uma Agência de Energia. Quer dizer, a Câmara Municipal do Porto tem uma Agência Municipal de Energia, Gaia a mesma coisa e pertencem à Lipor. Se a Lipor fosse uma Agência Municipal do qual essas câmaras já faziam parte, não queriam uma outra ao lado. É óbvio, basta ver os estatutos e os objectivos da Lipor que não tem nenhuma função de energia. Vila do Conde pela voz do senhor Presidente que disse aqui que não pertencia a nenhuma Agência de Energia e agora está a pedir à Assembleia Municipal, passado um ano, a adesão à Agência de Energia com um único fim, o de buscar dinheiros comunitários. Está certo. É meritório. Simplesmente na altura quando foi proposto, a Câmara Municipal não entendeu fazer tudo aquilo que vinha na recomendação. Tinha a ver com sustentabilidade e na altura, pela voz do senhor Carlos Laranja que encontrou méritos na proposta, está aqui na acta, mas como já pertencia, já não havia motivo para pertencer novamente. Afinal nunca pertenceu e passado um ano verificamos exactamente isso. Que o senhor Presidente, tal como muitas outras coisas que eu já tenho aqui denunciado, mais uma vez quando há propostas meritórias da parte da Oposição, diz que já fez, já está feito. Afinal estava feito mas agora vamos aderir a uma coisa, a que já tínhamos aderido". --

--- **CARLOS LARANJA DO PS** disse: "Não é que o orador que me antecede, mereça ser elucidado seja do que for, porque ele não quer ser elucidado de coisa nenhuma. Mas para alguém que não se tenha apercebido da intervenção do senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara e só tenha ouvido a intervenção do Deputado que me antecedeu, convém esclarecer que o senhor Presidente da Câmara não disse que Vila do Conde tinha aderido à Lipor que era uma Agência de Energia, não. O que ele disse é que a Lipor pertencia à Agência de Energia do Porto e nós sendo associados da Lipor, por consequência estávamos na Agência de Energia do Porto. O senhor é que não ouve bem. Ou então que venham aqui outros Deputados desmentir-me e dizer que efectivamente o que eu agora corrigi não está correcto. O senhor não ouve bem. O senhor prefere não ouvir. É incapaz de ouvir. O senhor tem dificuldade em ouvir". -----

--- **ESTE PONTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

--- **c) ALIENAÇÃO DE ACÇÕES DE QUE O MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE DETÉM, A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, NA SOCIEDADE "MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou: "Nós aderimos a esta empresa intermunicipal a Município, em Oeiras, quando não havia grandes trabalhos topográficos realizados por empresas capazes como esta. É uma empresa intermunicipal. Mas hoje já não é necessária a cartografia. Como toda a gente sabe, hoje é muito profunda e portanto nós já há algum tempo que não recorremos a qualquer serviço da Município. Para nos manter nessa empresa tínhamos que fazer um reforço de capital. Entendemos que não temos qualquer vantagem nisso. Interessa-nos de facto alienar as acções que temos e é essa a proposta feita à Assembleia Municipal". -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP** disse: "Senhor Presidente se bem percebi, mas já agora pedia-lhe que precisássemos. Vai se vender a participação pelo montante contabilizado de vinte e quatro mil novecentos e cinquenta euros e já não se vai despende, o que teria que fazer para o ano de 2011, destes seis mil cento e treze euros e vinte e três cêntimos, relativos ao reforço de capital que se tinha que fazer. É isso? Este encargo já não fica e vai-se ter o proveito. Eu tinha essa dúvida. É isso não é?" -----

--- **ESTE PONTO FOI APROVADO COM 48 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES.** -----

--- **d) CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL.** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou: "O Conselho Cinegético é constituído por representantes de uma série de identidades. Nós já lhes solicitamos que indicassem os seus representantes. A Assembleia Municipal também tem um representante eleito pelos deputados municipais." -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que apenas deu entrada uma candidatura na Mesa da Assembleia, propondo o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiró, Lino Cruz. Informou ainda que o proposto já é o representante da Assembleia Municipal e é caçador.-----

--- **EMÍLIA OLIVEIRA DO PSD** disse: "Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros Deputados, público em geral. Relativamente à constituição do Conselho Cinegético Municipal o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de deixar aqui uma sugestão, uma recomendação que se prende com o seguinte. Sabendo nós do bom entendimento e do estreito



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relacionamento que a autarquia tem mantido ao longo destes anos com a Universidade do Porto, nomeadamente, com os organismos sediados no nosso concelho, principalmente na freguesia de Vairão. Uma vez que sabemos também, e muito bem, que a Autarquia, por vezes, recorre a estes serviços da Universidade do Porto para obter alguns pareceres, algumas opiniões em diversas matérias, a parte ecológica, a componente ambiental. Tendo em conta que o Centro de Investigação e Biodiversidade em Recursos Cinegéticos está sediado em Vairão, achamos que seria proveitoso para a autarquia relacionar com a questão do Conselho Cinegético assuntos relacionados com as Zonas de Caça Associativas. Seria certamente uma mais valia para a autarquia envolver a comunidade científica ... (MUDANÇA DE CASSETE) ... era esta a sugestão que gostaríamos de deixar. Que irá com certeza constituir uma mais valia para a questão do Conselho Cinegético e também de um âmbito mais geral na Gestão dos Recursos Cinegéticos". -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse: "Isso competirá naturalmente ao Conselho Cinegético, se o entender fazer. Posso naturalmente fazer essa sugestão, mas se o Conselho Cinegético entender que deve de facto recorrer a essa colaboração, indiscutivelmente que eu considero válida. Mas recordo que a Lei 173/99, define claramente qual é a constituição do Conselho Cinegético. De facto é presidido por mim, como Presidente de Câmara, mas depois tem três representantes dos caçadores do concelho, dois representantes dos agricultores do concelho, um representante da zona de caça turística, um representante de associações de defesa do ambiente, um autarca de freguesia a eleger pela Assembleia Municipal, que é o que estão hoje aqui a fazer, um representante da Direcção Geral dos Recursos Florestais, sem direito a voto e um representante do Instituto de Conservação da natureza, também sem direito a voto. Só o Conselho Cinegético é que pode entender se se justifica ou não essa colaboração. Darei conhecimento dessa sugestão na primeira reunião que houver". ---

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: "Há só uma dúvida que se me apresenta. É sobre o candidato apresentado pelo Partido Socialista como representante das Juntas de Freguesia, de uma Junta de Freguesia exactamente. Eu gostaria de saber se é também caçador. É claro que pode ser, mas eu começo aqui a considerar que há um sobrepovoamento de caçadores neste Conselho Cinegético. Depois não admira que o senhor Presidente não encontre lobos, só encontre cordeirinhos, como é evidente. É que estão todos os representantes dos caçadores e da caça não aparece ninguém". ---

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** procedeu à votação, por escrutínio secreto. **O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRÓ, LINO CRUZ, FOI ELEITO COM 49 VOTOS A FAVOR, 6 BRANCOS E 1 NULO.**-----

--- **e) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou: "A proposta é clara. Pelas razões aí referidas, mantemos a proposta de taxas do ano anterior". -----

--- **CARLA MICAELA DO PSD** disse: "Antes de mais os meus cumprimentos à Mesa da Assembleia, aos demais membros da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos Vereadores, excelentíssimos senhores Deputados,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excelentíssimos senhores Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes e demais senhores do público em geral. Relativamente a esta matéria é do conhecimento público a grave crise que o país atravessa. Esta semana foram divulgados alguns dados extremamente preocupantes e que todos devem saber. A taxa de desemprego cresce com níveis assustadores no concelho de Vila do Conde. É o concelho do Norte que cresce a um ritmo mais assustador. Face a esta realidade o PSD interroga-se e com certeza os vilacondenses se interrogarão do porquê da aplicação desta taxa máxima, de sobrecarregar as famílias vilacondenses. Estamos perplexos tanto mais que sabemos que há muito por fazer em matéria ambiental. Estou-me a lembrar do saneamento que não está pronto. Em matérias de acessibilidades o concelho é carente. Todos sabemos que algumas vias estruturantes estão há anos por realizar. Em matéria de requalificação urbana verifica-se uma grande assimetria entre as freguesias e o centro urbano. Atento a isto e ainda ao facto de a última reforma tributária ter diminuído as taxas de imposto, mas ter havido uma actualização dos valores matriciais dos imóveis, designadamente dos prédios urbanos, estes com valores mais elevados, o que compensou essa diminuição das taxas, daí a nossa perplexidade. Isto é possível ou seja não taxar, não optar pela taxa máxima como outros municípios já o fizeram, foram sensíveis a esta realidade, apesar disso representar um grande sacrifício para a edilidade, obviamente, mas outros municípios já foram sensíveis a isso. Eu não estou a reportar-me apenas a municípios que sejam do PSD, municípios onde a maioria é socialista, como Melgaço ou Amadora em que a taxa se cifra nos quatro por cento. Quanto a isto e para terminar, em face do exposto, o PSD propõe e apela uma vez mais ao sentido de justiça da Câmara, ao sentido de oportunidade face a esta realidade económica, que reconsidere e que pelo menos opte pela taxação máxima ou reserve para os casos do município para as zonas que estão mais privilegiadas do ponto de vista quer da requalificação urbana quer em matéria ambiental. É este o nosso apelo".

--- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP** disse: *"Muito boa noite senhor Presidente da Mesa e respectivos membros, senhores membros da Câmara Municipal, caros membros da Assembleia Municipal. A nossa intervenção sobre a questão do IML, assenta num princípio de coerência que nós temos vindo a defender desde a aprovação do novo regime que até alterou a designação do próprio imposto. Percebemos na altura, quando este documento foi aprovado, que estava no espírito do legislador, que previa exactamente esta diferenciação que foi agora comentada aqui pela Deputada do PSD. E que visava exactamente permitir utilizar o imposto também ele como um factor para nivelar,, de discriminar de forma positiva as situações que se considerassem realmente importantes para os concelhos. No fundo, conferir a liberdade ao município, com base no imposto, gerir as situações de maior carência ou as de maior benefício. Também temos que fazer o enquadramento actual. Ainda ontem à noite tivemos aqui a oportunidade de ouvir um testemunho importante e interessante de cariz pedagógico, sobre aquilo que os municípios representam para o desenvolvimento de Portugal, e o esforço que eles têm que fazer. Actualmente*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entendemos que se vai tornando cada vez mais evidentes as dificuldades de recepção de receitas por parte dos municípios. Como tal, aqui não se tratará tanto em dizer que devemos baixar e com isto o reflexo imediato será reduzir a receita. É provavelmente haver a possibilidade e a abertura de espírito para se estudar uma solução, prevista na lei, onde mantendo o mesmo nível de receita consigamos atingir então o segundo passo que a lei previa na altura. Recordo-me também quando este novo regime fiscal foi apresentado, aprovado e sujeito a aprovação aqui nesta Assembleia Municipal, das taxas nesse mesmo ano, que houve em certa medida uma disponibilidade do Presidente da Câmara em pensar e reflectir, dentro daquilo que são as competências próprias do executivo, da possibilidade de aplicar isto. Também há outra questão, tem a ver com a função do Estado e Administração Central, naquilo que diga respeito à avaliação do património. Como sabemos a própria Administração Fiscal ao fazer a nova avaliação, ela também está, em certa medida, a aplicar um sentido de justiça fiscal na tributação porque vai efectivamente modificar os valores sobre os quais irá ser aplicada a taxa. Temos pena que efectivamente em Vila do Conde ainda não haja esta preocupação. Gostaria de perceber porquê. É a única questão que nós levantamos e por uma questão de coerência, mesmo sabendo que os nossos votos contra não irão implicar rigorosamente nada nas decisões do Partido Socialista e na decisão política do Executivo, queremos deixar espelhado aqui este pensamento que vem em linha de coerência sistemática com aquilo que foi um projecto aprovado e que visava aplicar um imposto com um cariz moderno e realmente flexível". -----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse: *"De facto a Câmara vem todos os anos trazendo sempre as taxas máximas no que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis. Não é fácil vir aqui defender, face a isto, posições que tivemos no passado tendo em conta a dificuldade que a própria Câmara tem, neste momento, em angariar receitas. O que aliás reflecte aquilo que se verifica no país. No entanto consideramos também que atendendo-se ao baixo poder de compra que se verifica, decorrente do altíssimo desemprego existente no concelho que roça o número de quinze por cento, entendendo também (não senhor Presidente são do Instituto de Emprego, senhor Presidente. Depois, daqui a um bocadinho, mostro-lhe se for preciso e faço-lhe a demonstração com dados até de Agosto se for necessário) é que relativamente a essas questões (está bem senhor Presidente eu tenho de Agosto deste ano, não são de ontem. Claro que de Agosto até agora pode ter ocorrido uma grande criação de emprego no concelho de Vila do Conde, mas posso-lhe também dizer que quando o desemprego desce ou se deve ao trabalho sazonal ou se deve a que a muita gente, infelizmente, acabou-se-lhe o desemprego subsidiado e não vale a pena continuar inscrito no mesmo Centro de Emprego) De qualquer das formas sempre direi que como é evidente e toda a gente reconhece, é altíssimo o desemprego no concelho. E também é verdade que muitos vilacondenses foram obrigados, por assim dizer, a adquirir a sua habitação face às facilidades que entretanto lhes criaram e às dificuldades que existia de arrendamento. Ou seja, muito vilacondenses são apenas virtualmente donos das próprias residências. E é a esses vilacondenses que vai ser*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedido que paguem a taxa máxima. Eu entendo, nunca a CDU trouxe aqui números de referência, mas nem que fosse um ponto percentual relativamente a esta questão, poderia constituir um incentivo por parte do município e até uma forma de reiterar alguma confiança e esperança no futuro que também é preciso trazer à superfície, para que efectivamente não fiquemos todos agarrados a uma noção de desespero. A CDU não concorda com estes números e face a eles vai votar contra". -----

*--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse: "Como podem ver este é um boletim do Município de Seia, que como sabem é um Município Socialista. Tem um título aqui no boletim que diz assim, freguesias mais longínquas beneficiam de redução de IMI. Parece que o Município de Seia é muito mais rico do que o de Vila do Conde e parece que tem excesso de dinheiro, uma vez que admite perder receita. Em nome de um concelho socialmente coeso a proposta do município para Imposto Municipal sobre Imóveis, apresenta uma discriminação positiva das diferentes freguesias em função das características dos territórios tendo em conta critérios geográficos e sociais, às taxas definidas para os prédios urbanos do concelho, que são os valores zero vírgula sete por cento e zero vírgula quatro por cento conforme está na lei, aplica-se uma minoração de vinte e cinco por cento para determinadas freguesias, um por cento para outras, dez por cento para outras, vinte por cento para outras. Em paralelo a Câmara Municipal procura contribuir para incremento de medidas de reabilitação urbana através do agravamento de trinta por cento sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados. Depois fala em relação à Derrama, ou seja aquelas medidas que nós, aquelas propostas que nós ... (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lembrou que não é a Derrama que está em discussão) ... Estas são exactamente as propostas que nós, ano após ano, vimos trazendo aqui à Assembleia. A última, aliás, senhor Presidente se está lembrado, impediu que fosse feita a votação e aproveitou também para fazer uma correcção, que o senhor Presidente estava certo, isso é uma competência do Município. Está esclarecida esta questão. Nós, Bloco de Esquerda, não defendemos uma perda de receita pela parte do município, pelo contrário, sabendo que os Fundos Comunitários terminam dentro de dois ou três anos. Se nós não os captarmos agora, perdemo-los definitivamente. Outra coisa diferente é fazer o que faz a Câmara de Seia, que é ou por estarem longe ou por falta de equipamentos desagrava o IMI. Dou-vos um caso que poderia certamente ser aplicado aqui em Vila do Conde. Há freguesias que não têm saneamento. Se não têm saneamento, não têm o mesmo benefício que as outras que o têm. Essas poderiam ser beneficiadas. Se forem ao Plano de Investimentos vão verificar que várias freguesias têm inscrito obras há muito mais de uma dezena de anos, cujo Orçamento não tem dado ou não tem sido a prioridade da Câmara executá-las. Um exemplo, a Ponte de Arcos, S. Miguel de Arcos, há mais de dez anos que vem no Plano, a Câmara decide não executar, seria de uma discriminação positiva aliviar os arcoenses através do IMI e fazer essa correcção tal e qual como faz a Câmara de Seia, uma Câmara Socialista em nome da coesão de um concelho. O Programa do senhor Presidente da Câmara, copiando um bocado o primeiro Programa do Bloco de Esquerda de 2001, fala em harmonia, um*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho harmonioso. Isso dá vontade de rir, os documentos existem é só uma questão de ir procurá-los. O que nós defendemos, só para terminar, é que sem perda de receita, sem perda de capacidade de atrair investimento e poder concorrer aos Fundos Comunitários, o Município pode ser justo e pode contribuir para um Município coeso da forma como nós vimos defendendo ao longo dos anos". -----

*--- **JOÃO FONSECA DO PS** disse: "Estamos aqui a discutir a questão do IMI, um Imposto que incide sobre o património, sobre todos aqueles que têm ou casa própria ou património. E desde logo, eu não sou fundamentalista nem do mercado nem do sistema planeado da ex União Soviética, mas a própria diferenciação é obtida pelo próprio mercado. Um imóvel junto à primeira linha da praia ou um imóvel, por exemplo, numa outra zona mais interior do concelho, têm preços diferentes. Como o IMI é uma percentagem sobre o valor do imóvel naturalmente que o contribuinte, o cidadão o munícipe vai pagar um valor diferente. Consoante seja o seu poder de compra e a habitação que for adquirir vai pagar um diferente valor e por aí já há uma harmonização feita pelo próprio mercado. É indesmentível. A posição mais difícil é ter a responsabilidade para propor o valor máximo. Essa responsabilidade é deste ano, como foi no ano passado, quando se continua a viver, como no ano passado, um dos piores anos em termos de crise económica e de crise social. E, não obstante, foi no ano passado onde com a mesma taxa máxima do IMI e a tomada de outras opções que levou os vilacondenses a reconhecer o trabalho desenvolvido, a eleger e votar no executivo do Partido Socialista e a dar-lhe um resultado como nunca tivera antes. Essa é a melhor forma de vermos que os alvos destas medidas compreendem a responsabilidade de uma medida destas e a dificuldade que é tomar uma medida destas, porque o fácil é fazer o contrário. Só pode defender o contrário quem não tem a responsabilidade de ter que ao fim do mês liquidar as refeições escolares, de fazer o pagamento dos transportes, de contribuir na acção social, de ter que preencher a sua parte na manutenção dos equipamentos de habitação social, quem não tem que diariamente dar resposta aos pedidos de ajuda que surgem, quem não tem que corresponder aos filhos das pessoas que têm casas e que percorrem quilómetros no nosso concelho ou que frequentam as associações e as instituições, os que frequentam as instalações municipais. Toda uma série de custos que têm que ser naturalmente satisfeitos. A nossa concepção de sucesso assenta precisamente no Estado, na Função Pública, no Executivo Municipal que saiba fazer essa redistribuição do rendimento, não é o indivíduo, cada um por si. Se eu pagar menos IMI **(MUDANÇA DE CASSETE)** e no contexto actual em que tem havido uma descida de receitas, era de uma total irresponsabilidade reduzir as taxas. Era abrir mão de uma actuação na sociedade que nós não concebemos de outra forma e que os vilacondenses também já se habituaram a não conceber de outra forma. Por isso, olham para este tipo de medidas com a responsabilidade com que tem que ser vista e não com qualquer tipo de facilitismo. Para beneficiar alguns que têm casa própria, eu não concebo que se prejudiquem outros que muito dependem da ajuda do Estado. É em Vila do Conde que estamos, não em Seia. São os vilacondenses que sabem fazer*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

juízo daquilo que é o aplicar-se a taxa máxima. E o juízo está bem à vista de todos". -

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: *"Senhor Presidente, depois da palestra que ouvi aqui sobre o IMI, cheguei mesmo a acreditar que a população de Vila do Conde votou fortemente no engenheiro Mário de Almeida porque o engenheiro Mário Almeida taxa o IMI pela valor máximo. Acho que sim, foi mesmo por isso que as pessoas votaram no engenheiro Mário de Almeida. No fundo o que eu lhe queria dizer, já que é de esquerda e tem esse conceito de justiça social, é que o senhor não percebeu o que foi dito aqui. É evidente que se uma casa está na primeira linha de água e tem o mesmo valor patrimonial que uma casa que está em Ferreiró, ainda assim a taxa de IMI deve ser diferenciada, porque quem está na primeira linha de água e tem saneamento, tem as infra-estruturas necessárias que é para isso que se aplica o IMI. Não é para pagar as refeições escolares ou seja o que for. É evidente que uma pessoa que mora numa casa que apesar de ter um valor patrimonial nas finanças igual à de outra mas que não tem saneamento, não deve ser taxada da mesma forma. Isso senhor Deputado é que me parece de justiça, ou seja, não podemos pôr a mesma pessoa a pagar quando um tem saneamento e o outro não. Como sabemos o saneamento começou, mas vamos ver quando acaba. Há como sabemos muitas freguesias no interior do concelho, nomeadamente, Ferreiró, onde só lá para dois mil e doze ou catorze é que terá saneamento."* -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: *"Vou responder ao Deputado João Fonseca. Senhor Deputado de facto não é preciso onerar uns, nomeadamente aqueles que não pagam, para que a receita seja obtida. De facto também não será por isso que os vilacondenses terão votado no Partido Socialista. Ou então aqueles detentores de casa que estão meias destruídas em Vila do Conde, esses provavelmente não votaram e estão a ser beneficiados porque a eles não são tarifados pela taxa máxima. E daí é que poderia vir a tal compensação de que o senhor Deputado não falou. São imensas casas e muitas de gente ilustre desta cidade. De facto estão aí ao abandono e a Câmara Municipal não as onera".* -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse: *"Naturalmente que também era um daqueles que gostava de poder descer o IMI, não para ter mais votos, porque senão também desapareciam daqui os Grupos Municipais da oposição. Acho que era mau, ficávamos mesmo só nós, os socialistas. Agora não sou é demagogo. Tendo a noção e o realismo, o IMI mesmo como está, está a descer de ano para ano, de 2008 para 2009 desceu oitocentos mil euros. Sabe-se que a avaliação do património não foi feita. Isto que o Alexandre Raposo falou, era muito bonito se fosse feita a avaliação do património, o que não depende da Câmara. A Câmara tem insistido nisso. Agora todos nós sabemos que há no nosso concelho inúmeros prédios que deviam ter aumentos significativos de IMI e que pagam bagatelas porque a avaliação do património que foi prometida, não foi feita. É óbvio que se a avaliação do património fosse feita, poderíamos repensar aquilo que disse nessa altura: estou perfeitamente disponível para estudar estas taxas. Mas é importante que se diga que se nós baixássemos estas taxas, perdíamos verbas para o investimento. Quem era prejudicada, era a*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

população. Se não se construir Centros Escolares, é óbvio que quem é sacrificada é a população. Se nós tirarmos mais verbas, temos que cortar com as medidas sociais. Toda a gente aplaudiu as medidas sociais. Numa altura destas as pessoas sabem bem que a Câmara lhes tem valido para muitas dessas situações. Situações de verdadeira miséria e é melhor procurar que todos façam um pequeno esforço, manter estas taxas durante o tempo necessário até que a avaliação do património seja feita. Quero desmentir aqui uma questão do desemprego. Quando li isso num jornal, fiquei logo a saber que isto ia ser bandeira. Mas como mantenho reuniões periódicas com a directora do Centro de Emprego fiz questão de ter uma reunião com ela e solicitar-lhe os dados do desemprego no concelho de Vila do Conde de ontem, dia vinte e sete. Desde já encarrego o senhor funcionário Vasco de ter à disposição dos membros da Assembleia Municipal e da comunicação social, os dados do desemprego no nosso Concelho do dia de ontem. Poderão verificar que ontem havia no nosso concelho seis mil quatrocentos e sessenta e um desempregados, dos quais dois mil quatrocentos e setenta e dois eram homens, e três mil novecentos e oitenta e nove eram mulheres. O número mostra que seis mil quatrocentos e sessenta e um não atinge dez por cento. A média tem andado à volta dos nove/dez por cento. Gostaria também de dizer que, apesar disso, provavelmente para a semana, o número baixa claramente. Está ali o Professor Fernando Oliveira que sabe bem. Neste número inclui-se as pessoas que estão nas cantinas em todo o concelho, que deixaram de estar vinculadas em Julho e passam a estar em Setembro. Tudo isso vai naturalmente contribuir para diminuir estes números. Não deixa de ser preocupante, embora, também já tenho dito isto nalgumas situações, gostava que um dia se avaliasse, não só a percentagem do desemprego no país e no concelho de Vila do Conde, mas também o número daqueles que querem emprego, porque é uma coisa diferente. A Câmara Municipal, como sabem, adjudicou os trabalhos de limpeza dos arruamentos à "Suma". Defendendo os interesses vilacondenses, solicitamos que contratassem gente de Vila do Conde. Fornecemos os dados das pessoas que têm pedido emprego, quer a mim, quer ao professor Vítor Costa que é quem tem o Pelouro do Ambiente e quisemos saber a resposta. É curiosa. Entraram algumas pessoas, mas depois vem a fulana de tal que não quer porque o horário não lhe agrada, outra que foi lá e quando soube qual era o trabalho a prestar não aceitou, outra que entrou e trabalhou um dia, outra que trabalhou uma semana e nem foi receber. Há pessoas que de facto não se adaptam ao trabalho. Como sabem, para manterem o subsídio de desemprego, as pessoas têm que ir ver se arranjam um emprego. Como sabem, muitas pessoas, não são todas felizmente, vão a um estabelecimento, a uma repartição pedir, mas dizem logo: eu venho aqui mas é só para me pôr o carimbo, emprego não quero. Toda a gente sabe as histórias que há nestas questões do emprego". -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 45 VOTOS A FAVOR E 12 VOTOS CONTRA. -----

--- f) DERRAMA MUNICIPAL. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA informou: "Mantemos a Proposta da Derrama do anos anteriores. Aqui a descida da receita ainda é maior. Achamos que a devíamos manter



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exactamente igual porque a Derrama incide sobre as empresas, incide sobre o lucro tributado das empresas e afecta fundamentalmente as grandes empresas. Se nós verificarmos quem paga significativamente Derrama no nosso concelho, vê-se que são os Bancos, porque são de facto essas empresas que, como todos sabemos, apresentam lucros maiores. Entendemos que devem colaborar no sentido de podermos levar a cabo os investimentos que são fundamentais e que são os aqui referidos".

--- MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD disse: *"Quería começar a minha intervenção a falar quanto ao aparte que o senhor Presidente da Câmara fez relativamente às eleições internas na JSD de Vila do Conde. Quería só dizer que acho interessante aproveitar estes ataques pessoais para fugir às questões políticas que lhe colocam nesta Assembleia. Por outro lado, em tom de ironia, gostava de dizer que as diferentes opiniões internas no nosso partido, não levam a ataques físicos, mas a salutareas disputas políticas. O que é diferente de outros partidos. É estranho, mas sim, existe democracia no nosso partido, não existem sucessões internas escolhidas a belo prazer de quem se arroga dono da democracia. No que concerne à Derrama eu venho aqui defender um bocado o que já tive oportunidade de defender na anterior Assembleia Municipal que tratou sobre este assunto. Ninguém está alheio ao facto de estarmos a viver uma situação de crise económica financeira muito complicada. A situação dos Vilacondenses é complicada, o desemprego tem vindo a crescer de ano para ano e o que mais preocupa não é isso, o que mais preocupa é o facto de não vermos uma luz ao fundo do túnel. Nesta situação económica que o país está atravessar, não se vislumbra uma saída. Mas vamos concretizar no nosso concelho. Como referiu o senhor Presidente da Câmara quanto aos números de desemprego, mas para nós entendermos temos de os comparar. Ora vejamos, Outubro de 2008, em Vila do Conde existiam três mil novecentos e sessenta e nove pessoas no desemprego. Outubro de 2009, existiam cinco mil trezentos e setenta e quatro pessoas vilacondenses desempregadas. Ontem, como o senhor Presidente da Câmara referiu existiam seis mil quatrocentos e sessenta e uma pessoas no desemprego. Isto preocupa-me, tem sido um crescente, não tem havido aqui uma diminuição. Faz parte deste órgão autárquico velar para que haja uma criação de emprego no nosso concelho. Nós temos que tentar ajudar a que haja um fomento de desenvolvimento no nosso concelho para a criação de novos empregos. Pior, não é só a situação do desemprego que nos vai agravar no ano que vem, são ainda as portagens. As portagens são algo que já não há volta a dar. As Scuts vão ser portajadas, vai ser mais um argumento contra quem quiser sediar-se no nosso concelho. Nós temos que estar atentos a estes argumentos e temos de dar outros argumentos a favor para que as empresas se sediem no nosso concelho. Como tal os Deputados da Assembleia Municipal de PSD de Vila do Conde vão votar contra a taxa da Derrama pelo imposto máximo. Não vamos votar contra, por votar, mas porque existem concelhos como o da Póvoa de Varzim que não têm Derrama, ou existem concelhos como a Câmara Municipal de Matosinhos que tem dois tipos de Derrama. Imaginemos que como já temos tantas agravantes como as portagens, as nossas*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ruas, o nosso tecido rodoviário é fraco para aqui se sedimentarem empresas, vamos dar-lhes alguns contributos para que eles venham para cá. Não é pelos míseros dois por cento que a Derrama tem no Orçamento da Câmara Municipal que vai afectar o Investimento em Escolas, investimento nisto ou naquilo. Com certeza que esses dois por cento podem ter um custo. É simples, esta taxa pequenina pouco vai alterar as empresas, é um contributo, é aquilo que este órgão deve transmitir para a população. Vocês estão a passar dificuldades, nós também vamos colaborar, nós vamos dar esta prerrogativa. Conforme o que eu vinha a dizer, entendo que esta taxa pelo limite máximo devia ser votada contra e a Câmara devia avaliar sobre a isenção da taxa da Derrama e se não optar pela isenção da taxa da Derrama, como o senhor Presidente da Câmara estava a dizer, os bancos é que pagam mais impostos, eu proponho como propus na anterior sessão sobre a Derrama, que criem uma taxa em que exista uma diferenciação da taxação. O que é que eu quero dizer com isto é que está previsto na Lei das Finanças Locais que empresas com facturação inferior a cento e cinquenta mil euros podem ter uma taxa de Derrama diferente. Vamos criar uma Taxa de Derrama diferente para quem tem menos facturação. Lanço o repto à Assembleia Municipal. Devem ter o bom senso para se votar contra este imposto da Derrama, de forma a transmitirmos, assim, também uma mensagem política para o concelho, que a Câmara Municipal também está a dar o seu contributo para que haja mais emprego no nosso concelho. É esta a mensagem política que nós devemos transmitir para a população, para eles estarem atentos àquilo que nós fazemos". -----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse: *"Relativamente ao desemprego quero-lhe dizer senhor Presidente que ou é de mim ou o senhor arranjou lenha para se queimar. Digo isto porque o Anuário de Estatística da Região Norte de 2008, para Portugal Norte e para os concelhos, com cálculo na base da população residente em Dezembro de 2008. Segundo o INE a rácio de população activa, população residente no Norte, em Dezembro de 2008, dizia que a população activa de Vila do Conde era de quarenta e um mil cento e cinquenta e oito pessoas. Assim sendo, basta fazer as contas para ver que neste momento o desemprego é quinze e meio por cento. Devo-lhe dizer que de facto tenho elementos que dizem que de Julho para Agosto, houve uma diminuição de 0,7% do desemprego em Vila do Conde. Isso deve-se exactamente a trabalho sazonal e também a trabalhadores que pelo facto de terem esgotado o Fundo de Desemprego ou de Subsidiário ficam de fora do número de desempregados. Quanto aos tais carimbos que muitas das vezes vão buscar e que as pessoas dizem, eles até nem querem trabalhar, apenas vão buscar os carimbos. Esquecem-se é de dizer que, por vezes, essas mesmas pessoas lhe pedem cinco euros para carimbar o documento que têm que apresentar no Fundo de Desemprego. (Cada um acredita no que quer. Também não acredito em muitas coisas, como por exemplo aquilo que o senhor Presidente disse relativamente ao desemprego e no entanto fui obrigado a ouvi-lo. Faça o favor de fazê-lo também). Também há gente que quando um desempregado lhe coloca essa questão vai mais longe, e só não os insulta porque seria ir longe demais. Quase como o senhor Presidente fez aqui relativamente aos desempregados,*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando diz que eles não querem trabalhar. Senhor Presidente, o senhor se tivesse um salário de um determinado montante e se fosse trabalhar e recebesse menos do que aquilo que recebe pelo Fundo de Desemprego, o senhor aceitaria? Se o senhor tivesse um determinado tipo de funções que o colocasse bem distante de Vila do Conde e cujos encargos decorrentes com os transportes e alimentação fizessem com que esse salário estivesse ela por ela, o senhor aceitaria? Tudo tem que ser ponderado. Fazer juízos negativos relativamente a quem está desempregado é fácil, porque quem tem o seu emprego garantido, esses podem criar os juízos todos que quiserem. Relativamente à Derrama votamos contra por uma razão muito simples, de facto agravam-se as situações no concelho, está-se sobre a ameaça de portagens desnecessárias. Ainda ontem tivemos aqui mesmo, nesta sala, um ilustre membro das Assembleias Municipais a dizer que as Scut's são auto sustentáveis. Ouvi ontem dizer isto".

--- AFONSO FERREIRA DO CDS/PP disse: "À semelhança do que dissemos no ponto anterior, acerca do IMI, também aqui seremos coerentes não obstante a importância da receita municipal. Temos consciência que está orçado de Derrama para este ano, uma receita na ordem de dois milhões de euros, embora nós estejamos a discutir já a cobrança do próximo ano, o que vamos agora aprovar, na prática, constituirá receita para o próximo ano e portanto estaremos já a construir também o Orçamento do próximo ano. Há aqui uma necessidade de conjugar vários interesses e usar alguma racionalidade económica. Creio, antes de tudo, ter consciência, a necessidade de não subtrair, não sugarmos mais. Aqui é mais um exemplo concreto. Acreditamos sinceramente não obstante tudo de bom que os municípios têm feito em Portugal, que um euro na actividade privada tem um efeito multiplicador e reprodutivo normalmente muito superior aos desperdícios e às ineficiências dos euros no sector público. Sejam claros, sinceros, acerca disto e não se riam porque isto é assim. Basta compararmos os países em que o Estado tem mais peso e onde tem menos e vejamos os graus de desenvolvimento em que eles estão. Corroborar aquilo que foi dito, em Julho a taxa de desemprego era de quinze vírgula três por cento. É fazer uma breve consulta a qualquer indicador em Julho. Não tenho dados de Agosto. Mas os de Julho verifiquei-os ontem. É um aspecto fundamental e também aqui precisamos de incentivos ao emprego. É um problema gritante. Temos uma coerência, já o disse, de luta contra este imposto que é antes de mais um desincentivo ao investimento. Tal como o Fernando Reis já aqui disse, nós entendemos que entre outras dificuldades com que as empresas vão lutar, chamamos aqui com particular atenção a questão da sobrecarga de custos que vai representar para muitas empresas que operam no nosso concelho as portagens na A28. É mais um custo a acrescentar a todos os outros. À energia mais cara que temos em Portugal em relação ao nossos parceiros, a todos os outros custos de contexto que nós temos e que bem sabemos. Não queiramos que o município seja mais um factor de perda de competitividade das nossas empresas. E posto isto, queria deixar aqui, porque também já quase tudo foi dito, uma proposta muito simples e muito concreta. Tal como está feita esta proposta nós vamos votar



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contra. Por uma razão simples. É que tal como disse o Deputado Delfim Maia, a vossa proposta é a mesma não sei há quantos anos e omite que o mundo, vocês até acham graça que têm um Primeiro Ministro que descobriu que o mundo mudou em quinze dias, mas em Vila do Conde é tudo igual há trinta anos. Os senhores fazem sempre as cópias iguais. Não pode ser. O mundo está a mudar e a realidade económica também e há camaradas vossos que já o perceberam. Demo-nos ao trabalho de o verificar. Proponho fazer uma discriminação positiva às empresas que no ano anterior tiveram um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, são a grande maioria das empresas. Por exemplo, o Concelho de Matosinhos, aqui ao lado eu tenho os 308, eu tenho aqui uma lista, o que se paga em todos os outros. Dou este exemplo que até é do Partido Socialista, aqui nosso vizinho, um e meio por cento para as empresas em geral, para as que tiveram no ano anterior um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, fazem uma bonificação de cinquenta por cento, já só cobram zero vírgula setenta e cinco por cento. Isto é um sinal, é uma vontade. Se calhar é uma perda de receita importante". -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse: "Continua a ser o Boletim Municipal de Seia. Interrompi e diz assim. Relativamente à Taxa da Derrama a cobrar em 2010, foi fixada um vírgula três por cento para o volume de negócios de cento e cinquenta mil euros, e um e meio por cento para volumes superiores a esse valor. Bom, eu entendo que a Derrama é um imposto adicional, isto é, as empresas pagam IRC sobre a sua actividade e portanto é do volume, uma certa percentagem, suponho que é trinta por cento que o Orçamento Geral do Estado atribui depois para os Municípios. É daí que sai o financiamento dos municípios vindo do Orçamento Geral do Estado. A Derrama é um adicional, é uma percentagem sobre os lucros, ou seja, essa Derrama só se justifica e é o espírito com que foi criado. Lembro-me de ouvir aqui o anterior Deputado da CDU, Doutor Cunha Reis, dizer exactamente isso, com o qual estou de acordo. Uma Derrama é para um fim específico. E portanto entendo e entenderia que a Derrama só deve ser aplicada para situação anormal ou quando se tem um objectivo específico se lance esse imposto adicional. Parece-me que tal como está defendido e proposto na proposta da Câmara que pode ser entendido que a Câmara precisando de receitas para concorrer com a sua quota parte dos Fundos Comunitários, se justifique essa Derrama nestes anos, enquanto existe Fundos Comunitários. Depois dos Fundos Comunitários tem que ser justificado de uma outra forma. De qualquer das formas isto é um imposto sob os lucro. Estamos a falar de um vírgula três a um vírgula cinco por cento. Lembro que eu e os trabalhadores em geral pagamos para o sindicato um por cento sobre o rendimento. Não me parece nada de extraordinário nem de excepcional que as empresa que têm lucro paguem uma Derrama. Há aqui um problema que o CDS e o PSD têm que resolver, por um lado dizem aumento de impostos, por outro lado dizem tem que se aliviar o IMI, muitas pessoas estão desempregadas e por outro lado os empresários que têm lucros também devem ser aliviados porque têm lucros. Quer dizer, se existe crise é preciso cortar, apertar, etc., apertem quem tem exactamente os lucros, isto é, as empresas que têm dificuldades, as empresas que precisam de ser ajudadas, etc., devem ser ajudadas. Vemos ao nível municipal o



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Programa Finicia. As empresas que simplesmente têm lucros, se têm poucos lucros um vírgula qualquer coisa deve pagar sobre esses lucros, quem tem muitos lucros paga um vírgula tal sobre esses mesmos lucros. Devo lembrar que as tais empresas tecnologicamente avançadas que o concelho precisa, que o país precisa, como por exemplo a Quimonda, negociam directamente com o Governo e isenta-os de Derrama, até de IMI. Se nós temos de ter um discurso coerente, que é ou se aperta mais com quem tem menores rendimentos ou com quem tem lucros, agora apertar sobre ninguém e dizer que é preciso resolver o problema da crise, isso é qualquer coisa que não joga certo".

--- **BRUNO ALMEIDA DO PS** disse: "*Pelo Deputado Afonso Ferreira foi dito que isto é sempre um vira o disco e toca o mesmo. Que nós fazemos sempre a mesma coisa e não nos modernizamos. Que não encaramos a realidade de forma diferente. Que somos sempre iguais. Mas é engraçado. Toda a gente acha que Vila do Conde está melhor, se vive melhor, que tem mais qualidade de vida e nós sempre a fazer a mesma coisa, sempre as mesmas receitas ... (MUDANÇA DE CASSETTE) ... creio que os próprios resultados eleitorais que temos, sei que não gostam que o refiramos, não é só por mérito nosso. Acredito que nós não somos tão bons como os resultados que temos. Acredito que também são os senhores que são tão maus como os resultados que têm. Efectivamente existe falta de sentido de responsabilidade nesta oposição. Num momento difícil para o Estado, para o Governo, para as Câmaras Municipais, para as Juntas de Freguesia que têm por dever apoiar os mais desfavorecidos, deve existir a noção de que não deve haver, nem se deve apelar à perda de receitas, que iria agravar a situação das contas públicas. O PSD a nível nacional sabe-o. Ao contrário, a nível local ano após ano vem aqui defender a diminuição de receitas, para que haja mais dificuldades. Sabendo-se a situação em que se encontram as contas públicas, onde os Municípios também contam, apesar de ser a uma escala pequena, a receita dos deputados da oposição é sempre a de diminuir a carga fiscal. Não tenho grandes dúvidas que não é por causa da Derrama que hajam indústrias que se localizam em Vila do Conde. Não é fácil captar investimento hoje em dia. Mas a verdade é que se olharmos historicamente e compararmo-nos com a Póvoa, não há comparação possível. Muito menos com Seia. Vila do Conde e a Póvoa têm mantido sempre os mesmos níveis de Derrama, a Póvoa não cobra, Vila do Conde cobra. Vê-se bem qual é o concelho que tem sido desde sempre mais apelativo do ponto de vista das unidades industriais. É com tranquilidade e com sentido de responsabilidade que nós votamos aqui diferente do que gostaríamos de votar, porque, como é óbvio, nós gostaríamos de tributar menos. E depois duas palavras para o Fernando Reis, para um Grupo que só tem um Deputado na Assembleia Municipal é distingui-lo, mas creio que faz por merecê-lo. A primeira é um elogio que lhe faço. Ver a CDU a defender os empresários, ser contra a tributação daquelas empresas que têm lucro, é algo que realmente só a vontade de ser contra nós é que levaria um membro do PCP a ter esse discurso. A segunda tem a ver com a sua arrogância intelectual na defesa dos desfavorecidos, dos desempregados como se passasse pela cabeça de alguém,*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inclusivamente do Presidente da Câmara nas declarações que fez, de não estar preocupado com as pessoas que vivem com dificuldades, e ao alterar aquilo que nós dissemos para fazer de conta que somos mais defensores do que os outros e as pessoas que têm dificuldades. É de uma arrogância intelectual e de um desrespeito pelos outros que é absolutamente lamentável, porque, Fernando Reis, não tenho dúvidas que a si e a todos os membros nesta sala, aqueles que eu acho mais competentes e menos competentes, aqueles que os vilacondenses gostam e aqueles que não gostam, não tenho dúvidas que todos nesta sala se preocupam e gostariam que as pessoas que vivem em dificuldades tivessem uma vida melhor. Há uma coisa que me satisfaz, eu reconheço a todos, mas é bom saber que as pessoas lá fora, as que têm mais dificuldades é em nós que reconhecem maior capacidade para resolver os seus problemas” . -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: “Senhor Presidente queria registar nesta Assembleia um momento histórico. Deve ter sido a primeira vez que o Partido Socialista falou e não atacou o deputado do BE, Armando Herculano. Registo com agrado. Em relação ao que disse o companheiro Bruno de Almeida, queria dizer-lhe que efectivamente parece realmente, parece que a oposição de quatro em quatro anos vem piorando. Mas não é. Vou-lhe explicar o que é. É que o poder, essa máquina trituradora, de quatro em quatro anos consegue cada vez mais exercer a sua influência. As pessoas que precisam da Câmara, agora nesta fase de desemprego, as pessoas que precisam de aprovar terrenos agrícolas para que possam ser terrenos para construção, são essas influências. Os senhores gostam de atacar, gostam de dizer tudo que querem e agora têm que ouvir. Esta é a minha opinião e eu defendo-a aqui como a defendo em qualquer lado. Na minha opinião é cada vez mais difícil combater quem está no poder há trinta anos. De ano para ano o poder aumenta, a influência aumenta e o medo das pessoas também. Por isso a nossa votação tem diminuído. Graças a Deus a lei vai pôr cobro a isso e em 2013 veremos se serão assim os resultados”. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** para “defesa da honra” da expressão arrogância intelectual deu a palavra ao deputado Fernando Reis.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** em defesa da honra disse: “Deputado Bruno Almeida não entenda como arrogância intelectual aquilo que não o é. A forma de expressar convicção de alguém que sabe o que diz, e também sabe porque o diz, não é arrogância. Diz o senhor que os comunistas, vejam lá, até apoiam os empresários que dão lucro. Senhor Deputado Bruno Almeida, o senhor sabe perfeitamente que a maior parte das empresas deste país dão prejuízo por artificios técnico legais. Vão buscá-lo a esses. Mas não, vocês vão onerar aqueles que efectivamente são responsáveis e que dizem que dão lucro. Porque não há-de compensar-se de alguma forma esses? Esta é a mesma questão do IMI, de não se ir buscar a compensação àquelas habitações que efectivamente estão degradadas porque estrategicamente os seus donos assim o pretendem. Devo-lhe também dizer que é habitual que os mais desfavorecidos, aqueles que mais necessitam, sejam exactamente aqueles que apoiam muita das vezes aqueles que os trituram. É tão habitual. O senhor não sabia



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disso?".

--- **BRUNO ALMEIDA DO PS** disse: "Obviamente não coloquei em causa a honra do Deputado Fernando Reis. Mas gostaria de fazer dois apontamentos sobre a consideração que alguns membros desta Assembleia têm pelas pessoas. Essa de achar que os desfavorecidos apoiam os que os trituram, é duplamente ofensiva. Primeiro é suposto que nós trituramos. Isso é de uma arrogância que merece uma defesa da honra. Isso é que merece uma defesa da honra. Depois é dizer que o senhor Deputado não acredita nisso. O senhor Deputado sabe perfeitamente que as pessoas no segredo da mesa de voto votam em quem querem. Sabe porque que acredita nisso, acredita tanto nisso que o seu partido vota de "braço no ar", não vá votarem em quem querem. Por fim gostava também de dizer ao senhor Deputado, relativamente à questão do medo, que o senhor deputado é que tem uma estratégia do medo. Confesso que a primeira vez que o senhor Deputado falou aqui nesta Assembleia começou a levantar a voz e a falar com aquela voz agressiva, até fiquei com medo. Pensei, isto vai dar em pancada. (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lembrou para responder apenas ao Deputado Fernando Reis). Mas eu ainda posso pedir a palavra, para uma intervenção. Depois lembrei-me, temos uma maioria tão confortável que os vilacondenses nos deram que se isto for para a pancada, também não há problema. Mas deixe senhor Deputado, não mete medo. Pela forma como fala não mete medo".

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse: "Muito rapidamente, não para desmentir o que aqui foi dito, muito do que foi dito, devê-lo-ia ser, mas só para falar naquilo que é fundamental. Primeiro sobre a questão do desemprego. Não deixar esta mistificação dos dados que são anunciados, que são absolutamente deturpados. Em relação ao mapa de ontem dos desempregados no concelho, constata-se que a percentagem de desempregados no concelho de Vila do Conde é semelhante à média do Distrito do Porto. Praticamente igual às dos concelhos vizinhos e longe dos lugares cimeiros, quando se fala a nível nacional. Também foi esclarecido que a percentagem de desempregados no nosso concelho, nove a dez por cento, não advém em muitos casos do encerramento de empresas em Vila do Conde, mas sim por tal suceder noutros concelhos. Dizer-se que agora, nestes últimos meses, o desemprego cresceu em Vila do Conde, todos vemos que é mentira que não pode ser. Felizmente não tem havido falências de empresas e todos sabemos que a Nassica empregou centenas de pessoas. Já tem mais de quatrocentos empregados. Não havia razão para haver crescimento no desemprego, tem que haver obviamente diminuição. Em relação à Derrama eu acho que é bom que as pessoas leiam a Proposta, porque diz que a Taxa é de um e meio por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o IRC. É naturalmente para aqueles que têm lucros significativos e nem sequer são isentos por via do IRC. Dois apontamentos que não devo deixá-los passar. Em relação à intervenção do doutor Miguel Delfim Maia, que referiu que eu fiz um ataque pessoal. É uma forma de procurar fugir à questão. Se alguém fez aqui ataques foi exactamente o senhor doutor, porque doutoralmente disse ali que os mais velhos que estão aqui, os mais antigos, a Câmara Municipal, o senhor Presidente da Câmara e os Membros da



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia se deviam comportar melhor, para não haver aquilo que aconteceu na outra vez. Eu não lhe fiz nenhum ataque desses. Eu fiz-lhe uma constatação, o senhor de facto foi derrotado internamente, quer lhe custe quer não lhe custe. É daí temos que tirar uma enorme ilação. Se o senhor não conseguiu convencer os seus companheiros, como nos vai convencer a nós? Embora não me surpreenda. Em relação ao Fernando Reis só lhe queria dizer o seguinte. Ao longo destes anos empenhei-me em arranjar empregos para as pessoas que precisam dele. Não me empenhei em empurrar os trabalhadores para o desemprego, para eles receberem o Fundo de Garantia Salarial com as consequências que daí advêm. -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 46 VOTOS A FAVOR E 10 VOTOS CONTRA. -----

--- **g) INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.** -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** esclareceu que a Lei 5/A, no artigo 53, e o regimento desta Assembleia Municipal, diz na sua alínea e) ... apreciar em cada sessão ordinária uma informação escrita do Presidente da Câmara, sobre a actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo... Assim nos termos da lei a Assembleia só tem que apreciar a informação escrita. O senhor Presidente da Câmara tem-se prestado a dar esclarecimentos complementares que sejam considerados pertinentes pelos senhores Membros da Assembleia. O que está em causa é apenas a apreciação deste documento que foi distribuído aos senhores Deputados. -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP** disse: *"Falo do documento apresentado. Constatamos um aspecto que não queríamos deixar de salientar. No que se refere às Obras Municipais, ao contrário do passado, aparecem com uma rubrica que diz o seguinte, Reparação de Pavimentos em diversos arruamentos. E não diz mais nada. E isto é assim, salvo erro, vezes trinta vezes. Queria deixar uma nota de futuro. Habitualmente vinha a informação mais detalhada. Acho que o respeito que o Executivo tem pelos Deputados Municipais e também pelo público, acho que exige que se melhore a informação prestada. Depois deixar aqui uma sugestão que já deixei no meu tempo de Vereador. Já agora se me permite também não vem nesses trabalhos executados pelos serviços municipais. Estamos a chegar ao Inverno e constato que há ainda muita sarjeta, muita coisa cheia de folhas e depois a chuva, se ninguém as limpar antes, inunda as vias. Continuo a ver pelo menos na cidade, não vou lá pelo concelho que é muito extenso e os meus passeios a pé não me permitem, nem a minha preparação, muitas sarjetas ainda por limpar. Seguramente acontece em todo o concelho. Depois queria fazer também um requerimento. Gostaria de ter conhecimento porque nunca nos foi prestado, sobre o Balanço Social de 2009, que creio já estar concluído. Porque não vem aqui, embora o Armando Herculano tenha afluído o tema no início, antes da ordem do dia. Também é uma velha diferença nossa. A Câmara, coerentemente entenda-se, decidiu mais uma vez não aderir à Semana Europeia da Mobilidade. Gostaria de saber porquê. Refiro-me Semana Europeia da Mobilidade, não se confunda com aquela coisa que até o Primeiro-ministro aderiu, naquele dia que se lembrou de ir de metro, mas depois o motorista foi buscá-lo, do Dia sem Carros. Estou a falar de uma coisa Europeia que é a Semana Europeia da Mobilidade que muitas vezes é confundida com o aspecto folclórico do*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dia sem Carro. Gostaria de saber porque que é que a Câmara continua a tomar esta decisão, ao invés de muitos municípios e muitos comparáveis com o de Vila do Conde que, bem na minha opinião, já aderiram a esta iniciativa. Aproveitam para durante essa semana decidir e tomar muitas medidas que têm a ver com a mobilidade das pessoas que é um aspecto fundamental da qualidade de vida e da competitividade das cidades e dos concelhos". -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** disse: "Apenas duas perguntas ao senhor Presidente da Câmara. Uma para saber em que ponto se encontra a Construção do Hospital Póvoa de Varzim Vila do Conde e outra para quando a Construção dos Armazéns e Oficinas Municipais, tendo em conta que a deliberação de adjudicação acabou por ser anulada muito recentemente devido ao facto de ter havido um recurso por um dos concorrentes ao concurso e a Câmara ponderar a possibilidade de efectivamente vir a ser penalizada pelo Tribunal. Já agora uma única informação. É um facto, senhor Presidente, que em Agosto o desemprego de Vila do Conde era catorze por cento. Realmente não correspondiam aqueles números que o senhor me disse. Eram menos. São cinco mil setecentos e quarenta e sete. Estes são dados do INE, são de Agosto e é bem diferente, compreendam isto, é bem diferente chamar alguém da OCDE para vir aqui dissertar sobre a realidade portuguesa ... (O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA alertou para falar sobre a Actividade Municipal senhor Deputado) ... é bem diferente chamar aqui alguém que vem de fora para nos dizer, mesmo sendo de outro partido político. Mas, de facto, o desemprego em Vila do Conde em Agosto porque baixou zero vírgula sete por cento devido ao tal emprego sazonal, foi de catorze por cento. Na Póvoa de Varzim foi doze vírgula dois por cento, no Distrito do Porto é treze vírgula nove por cento e no Norte doze vírgula quatro por cento".

--- **MANUEL AMORIM DO PSD** disse: "Senhor Presidente a minha intervenção ficou ligeiramente esvaziada com a intervenção do Deputado Afonso Ferreira. De qualquer maneira eu iria mais longe. A questão é esta. Em algumas das freguesias, poucas, aparece especificamente a obra que é feita. Depois, tipo atira-se o barro à parede, isto passa e ninguém chateia, quase todas as outras dizem, reparação de pavimento em diversos arruamentos. Não sei se a Câmara está a chamar a si as obras que a Indáqua está a fazer. Só pode ser isso, porque nas freguesias o que se vê, é as obras da Indáqua. Nas outras aparece especificamente o nome da Rua, da obra em si e nas outras todas aparece reparação de pavimento em diversos arruamentos, sem especificar nada. A mim, sinceramente, com toda a frontalidade lhe digo que me parece uma mentira redonda. Não há obras nenhuma. Queria perguntar ao senhor Presidente, creio que até ao senhor Vereador Caetano, o Partido Social Democrata teve este fim de semana uma actividade partidária na Freguesia de Arcos. Mais uma vez, com a presença de dois Deputados, nomeadamente o Deputado Jorge Costa que foi Secretário de Estado das Obras Públicas. Fomos visitar a ponte de Arcos, ponte românica e falou-se mais uma vez na prometida obra de Arcos, há mais de 20 anos de fazer uma nova ponte, que eu já apresentei aqui documentos, reportagens do Jornal de Notícias de 99, onde o senhor Presidente fazia questão de dizer que dentro de um ano está construída a ponte. Isto em 99. Depois vimos que nos próprios Orçamentos,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os anos, é deixada uma verba que se destina ao início da construção da ponte, que nunca aconteceu. Queria perguntar ao senhor Presidente, e já agora a talho de foice responder ali ao Deputado Fernando Reis que há bocado me acusou de eu ser ligeiramente ingênuo, porque avisei o lobo que estariam ali os cordeiros. O senhor Deputado não percebeu? Foi ao contrário. Não percebeu é que eu sabia que eles iam mesmo ser uns cordeiros e portanto ameacei-os com uma alcateia lobos, que fez com que o Presidente se fosse embora. Aconselho-o mais uma vez aqui, estou a dizer-lhe concretamente que também há ali gente de Arcos, e portanto pense bem se eles não vêm aqui falar a seguir no assunto de Arcos com toda a legitimidade, se vamos ter a repetição do que aconteceu na outra Assembleia ou se o senhor Vereador que ao que sei e segundo me disse o Secretário da Junta teria notícias para breve, sobre uma vistoria que seria feita e conclusões concretas sobre o inícios das obras. Não sei se será o senhor Presidente a responder. Gostaria de saber de há alguma coisa em concreto para a freguesia de Arcos, nomeadamente em relação à ponte românica". ---

ARMANDO HERCULANO DO BE disse: *"Eu penso que se devesse fazer um relatório com algum rigor, com o rigor que merecem os vilacondenses e que merece a Assembleia. O que devia vir era tendo um plano de investimentos, cada obra em concreto, uma referência ao ano e à obra em concreto, de todas as obras que são feitas entre Assembleias. Que o relatório do senhor Presidente simplesmente dissesse a obra tal, inscrita no plano de investimentos plurianual foi concretizada a dez, vinte, trinta por cento ou realizada na totalidade. Essa era uma informação útil e daria alguma informação acerca da execução do plano. Dizendo que são vários arruamentos, é a forma de dizer nada e coisa nenhuma. Dai que discutir a informação é impossível. O objectivo é esse. Em qualquer Conselho de Administração, estão aqui enfim juristas e pessoas que pertenceram a empresas, o Conselho de Administração não diz que foram feitas várias obras. A Indáqua informa os seus accionistas, dizendo que foram feitas em concreto, esta, aquela e a outra, inscritas no plano, esta está feita a vinte por cento, aquela a trinta por cento, desde a última vez foi feita mais esta. Isto é que informação. Já para não ir a um Plano de Execução Orçamental registada em termos de valores executados através da tesouraria. Isso é que é informação. Aliás, se for visto o relatório de contas, aparece sempre por exemplo no Pelouro do Ambiente, todos os anos são sempre feitas obras em vários caminhos. Não diz quais são os caminhos que foram feitos. Nós ficamos a saber o mesmo. Vir aqui apresentar esse relatório para nós aprovarmos é o que é. Eu tinha mais duas perguntas a fazer. uma era relativamente ao Bairro Camarário. O Bairro Camarário está feito, por diversas vezes já teve que ter obras de recuperação porque o vandalismo várias vezes destruiu partes significativas das casas. Havia um conflito, o senhor Presidente a pergunta nossa, já disse que o conflito com a empresa estaria resolvido. O facto é que as casas sociais, um bairro camarário numa altura em que os vilacondenses têm com certeza dificuldades, as casas lá estão fechadas, estão desocupadas e portanto a pergunta é saber porque razão àquelas casas não lhes é dada uma utilidade (O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que o tempo estava esgotado) ... (Eu estou a fazer a*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

32

pergunta, vai-me desculpar, penso que neste ponto não há esse tempo). Um dos ramos do Rio Onda, na Freguesia de Labruge, entre a A28 e Igreja, a semana passada houve lá uma obra que cobriu, entubou o rio. A minha pergunta é saber que obra é essa que entubou o rio Onda e se a Câmara tem conhecimento, se essa obra é autorizada, o custo foi realizado por quem e qual o objectivo". -----

--- RAMIRO SILVA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUILHABREU disse: *"Começaria por mais uma vez, senhor Presidente já o fiz com o seu colega a presidir, que é do regulamento que de todos os oradores que vierem aqui a este local, se devem identificar. Aquele senhor que está ou ficou magoado por ter falado quando não concordei com o que ele estava a dizer, sempre que aqui vem, nunca se identifica. É uma chamada de atenção. Gostava de dizer de que não gosto que me passem cartões de irresponsabilidade. Eu e os meus colegas estamos aqui nesta Assembleia a representar as nossas freguesias. Fomos eleitos pelo povo da nossa freguesia que nos conhece muito bem. Eles sabem avaliar o nosso valor. Não se calhar como o senhor. Na minha freguesia não sei quem é que o conhecia, mas o partido é que conseguiu que o senhor aqui esteja. Aqui parece-me que diz, reparação de pavimento em diversos **(MUDANÇA DE CASSETE)** vir aqui exhibir-se sem realmente conhecer por dentro o que são as freguesias. Quando são pormenores das freguesias nós, Presidentes da Junta, estamos prontos para chamar a atenção quando verificamos que não está certo. Nós, Presidentes de Junta, sabemos e a Câmara também sabe que nesta altura de Verão, são muitos, muitos buracos pelas ruas das freguesias porque com o movimento do trânsito saltam os paralelos e fazem buracos aqui e acolá. É precisamente o que aqui diz, reparação constante que se têm que fazer nesse buracos. Também, já agora aproveito para dizer ao meu conterrâneo Miguel Delfim Maia, para lhe afirmar que todos, Câmara e autarcas, têm feito tudo o que é possível para se arranjar emprego. Está neste momento a começar a laborar uma empresa bastante grande na freguesia de Guilhabreu, onde já se empregam dezenas e dezenas de pessoas. Portanto acho que todos nós nos devíamos realmente ajudar para que isso fosse feito, mas feito por todos". -----*

--- MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD disse: *"É só para esclarecer uma coisa. Penso que não devem ter entendido a minha intervenção. Eu constatei números, são três mil novecentos e sessenta e nove pessoas em Outubro 2008. Em Outubro 2009 são cinco mil trezentos e setenta e quatro e em Agosto eram seis mil quatrocentos e sessenta e uma pessoas. Não tem sido feito o suficiente para a criação de empregos, senão não estaria constantemente a aumentar o desemprego". -----*

--- MANUEL AMORIM DO PSD disse: *"Queria só dizer ao senhor Presidente da Junta que eu quando me quero exhibir não é aqui, vou para as discotecas. Exibo-me para quem me interessa. Não é aqui que me exibo. Acho que tem sido atacado o Presidente da Câmara com isto do emprego. Sinceramente não é função do Presidente da Câmara andar arranjar emprego para ninguém. A função dele é arranjar as melhores situações possíveis para atrair investimento. Agora culpar o Presidente da Câmara, numa altura destas, pela falta de empregos que não são apenas aqui, mas sim no país todo, não*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

me parece leal. Eu não creio que seja essa a função de um Presidente da Câmara, estar a preocupar-se com o emprego. Ele não faz empresas. As que fez, já fez há muito tempo. E esses já têm todos emprego e a gente sabe onde eles estão e onde votam. Mas queria só deixar aqui este aparte ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhabreu. O relatório não é feito para si, você conhece-o muito bem, é feito para nós. A nossa função é controlar de alguma forma a actividade camarária. Para que nós possamos controlar a actividade camarária não nos basta que digam que fizeram diversas obras em diversos arruamentos, têm que especificar aonde. Porque eu até me vou dar ao cuidado de ver na sua freguesia se é também só arruamentos. Agora isto não é maneira de trabalhar. Se para umas freguesias dizem onde, porque que não dizem para todas".

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que: *"Creio que esta questão foi a primeira que foi colocada e que foi explicada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhabreu. Mas eu vou chamar a atenção de quem elaborou estas páginas sobre as obras das freguesias. Para lhe dizer que não pense que está a falar assim para pessoas que percebem. Cuidado tem que ver. Há quem não perceba e você não pode fazer como está a fazer. Por exemplo em Árvore diz, reparação de pavimento em diversos arruamentos, o que é que isso quer dizer? Quer dizer que são manutenção de arruamentos, coisas pequeninas. O paralelo que se soltou, isso é a reparação pequenina. Em Árvore, como Aveleda só diz reparação em diversas arruamentos. Foi só isso que se fez. Em Árvore diz também isso, mas depois diz: requalificação do passeio e rede de águas pluviais na EN13. Mas eu vou-lhe explicar para que ele tenha mais cuidado com isto e depois cria lá uma rubrica a dizer, reparação de pavimento em diversos arruamentos das freguesias de tal, tal, e depois as outras, para que todos percebam isto é bom que se faça. O doutor Afonso Ferreira solicitou o Balança Social, não é preciso enviar por escrito porque eu terei o cuidado de o fazer chegar. Semana Europeia da Mobilidade, foram cinquenta e cinco municípios, cada vez são menos. Afinal a nossa tese está a vincar. Foram cinquenta e cinco dos trezentos e tal, alguns só mesmo para dizer que estão sensíveis à Semana Europeia da Mobilidade. Eu tenho dito aqui e repito o que já tenho dito nos outros anos. Eu não quero estar preocupado numa só semana, quero estar preocupado o ano inteiro e a Câmara de Vila do Conde está preocupada com estas questões da mobilidade, a verdadeira mobilidade e de não levantar problemas às pessoas nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Relativamente as questões levantadas pelo Deputado Fernando Reis. Volto-lhe a dizer aquilo que já lhe disse. Os dados que o senhor fala não são do Centro de Emprego de Vila do Conde/Póvoa de Varzim. Esses é que contam. O Centro de Emprego Póvoa de Varzim/ Vila do Conde é que tem os verdadeiros dados, que foram aqueles que eu referi. Agora vir com outros dados obtidos não sei onde. Futuro Hospital, continuamos a ter a mesma informação, a mesma expectativa, que o processo avance até ao fim do ano. O compromisso assumido pelo Governo no início deste mandato, já tinha sido anunciado no mandato anterior. O Secretário de Estado da Saúde tem-se referido a esta matéria, continua a dizer que para o ano o processo avançará. Os Armazéns e Oficinas da Câmara vão avançar dentro de dias. Entendemos que deveríamos*



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reanalisar o processo, tomar uma nova decisão, achamos que era benéfico fazê-lo. Vamos tomar nova decisão dentro de dias e os Armazéns e Oficinas da Câmara Municipal, que serão pagos integralmente pelo Metro, serão uma realidade a curto prazo. E são fundamentais até finais de 2011. O novo arruamento a construir pelo Metro na Zona Ribeirinha, terá que ter a demolição de todas aquelas casas, inclusive o Armazém da Câmara Municipal. Questão de Arcos. Nós temos, sempre tivemos, mas temos agora uma responsabilidade acrescida, porque de facto Arcos percebeu que estava connosco e que estamos atentos à situação. Temos tido reuniões com a Junta de Freguesia e com o gabinete especializado na matéria. Na Sexta-feira passada foi-nos entregue o relatório, hoje mesmo estive em contacto com o senhor Presidente da Junta da Freguesia e ele encarregar-se-á, ainda esta semana, de transmitir aos arcoenses como é que é que vai avançar. Habitações Sociais. É um problema que temos que ultrapassar, uma situação complicada mas que vamos procurar ultrapassá-la a curto prazo. O que se está a passar em Labruge é na Ribeira de Moinhos, é um interceptor, está-se a entubar o interceptor sul, não é da nossa responsabilidade, mas da empresa Águas do Noroeste e é para transportar os efluentes para a Etar". -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à votação a Minuta da Acta desta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida encerrou o Período da Ordem do Dia e abriu o **PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**.-----

--- **JOSÉ MANUEL - MORADOR EM AVELEDA** - Rua do Outeiro, N.º 1010, perguntou se está previsto algum plano de segurança para a zona de Vilar do Pinheiro, e se é possível melhorar as condições da EN13 no que respeita à sinalização e ao controlo de trânsito, já que deverá haver um aumento de tráfego por causa do pagamento de portagens na A28.-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia de Vilar de Pinheiro estão atentas a estes problemas. Que na medida em que quem fez a intervenção é membro da Assembleia de Freguesia de Aveleda devia colocar lá as questões.-----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA** encerrou o Período de Depois da Ordem do Dia e deu por terminada a sessão pelas zero horas e cinquenta e cinco minutos.-----

DR. LÚCIO FERREIRA

DR. VITOR CARVALHO

DR. ANA LUÍSA BEIRÃO

Doc 1
28/9/2010
Favor: 14
Abst: 0
Cont: 43

Voto de Congratulação
Grupo Municipal do PSD

O Grupo Municipal do PSD propõe que seja posto a votação o seguinte voto de congratulação:

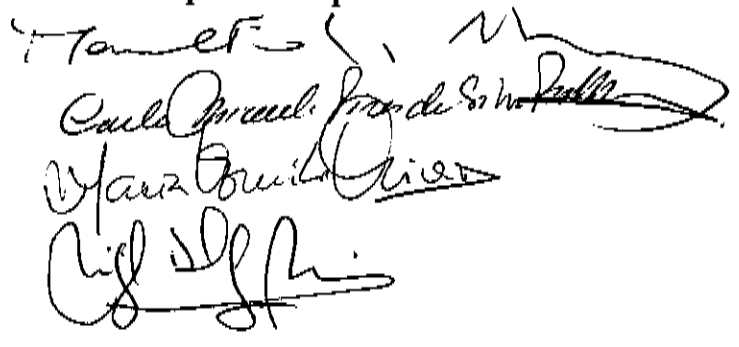
Considerando:

- § 1. Que durante 16 anos, os antigos trabalhadores da Fábrica do Mindelo lutaram pelo direito a receberem os seus créditos, créditos que a falência da fábrica impediu que fossem pagos em devido tempo;
- § 2. Que, infelizmente, falências e encerramentos como os da *Mindelo* se vêm replicando, com cada vez mais frequência, no nosso concelho;
- § 3. Que apesar da longa espera, a tenacidade e a perseverança dos trabalhadores da *Mindelo*, em especial dos seus representantes, permitiu que, 16 anos volvidos, os trabalhadores recebessem finalmente o que lhes era devido;
- § 4. Que este exemplo de tenacidade e perseverança pode constituir uma centelha de esperança para os trabalhadores vilacondenses que, em tempos mais recentes, perderam os seus postos de trabalho, aguardando ainda pelo pagamento do que lhes é devido,

A Assembleia Municipal de Vila do Conde congratula-se com o recebimento, pelos antigos trabalhadores da *Fábrica Mindelo* da última tranche dos créditos de que eram titulares, louvando o esforço de todos aqueles que por isso lutaram.

Vila do Conde, 28 de Setembro de 2010

O Grupo Municipal do PSD



Doc. 2
28/9/2010
9.

Voto de Congratulação

Votos: Fom: 46
Conds: 0
Abst: 11

Há cerca de quinze anos encerrou a Fábrica de Mindelo, deixando muitos dos seus trabalhadores em enormes dificuldades. Seguiram-se anos de luta por parte de todos os trabalhadores que apenas pretendiam receber os montantes de indemnizações a que tinham direito.

Finalmente, após se ultrapassarem inúmeras dificuldades, a 10 de Setembro, no Tribunal do Comércio de Gaia, foi pago o remanescente do montante, em sequência do rateio feito, perfazendo 90% do valor total dos créditos salariais reclamados.

Se é um facto que a justiça não é plena, é de salientar que se trata de uma enorme vitória para todos aqueles que ao longo de anos se bateram contra todos, nomeadamente a banca, que visavam impedir os ex-trabalhadores de aceder aos seus mais elementares direitos. Justo será de enaltecer os rostos desta luta, estando na linha da frente a Comissão de Trabalhadores e o Presidente da Câmara.

A Assembleia Municipal reunida a 28 de Setembro de 2010, congratula-se com o desfecho deste processo e enaltece o trabalho de todos aqueles que para ele contribuíram.

Nota: Caso aprovado deverá ser divulgado na comunicação social

Pelo Grupo de Representantes do Partido Socialista



CDS RP. (1)
~~_____~~ ~~_____~~

VOTO DE PROTESTO

A indústria têxtil e do vestuário, tem uma importância estratégica fundamental para Portugal, representando 11 % do total das exportações, 22 % do emprego da indústria transformadora, 8 % do volume de negócios da indústria transformadora e 7 % da produção da indústria transformadora.

Portugal tem cerca de 7 mil empresas que laboram praticamente em todos os subsectores da indústria têxtil e do vestuário, localizando-se maioritariamente no norte do país .

Desta actividade depende o sustento de inúmeros trabalhadores e respectivos agregados familiares, numa realidade de mão de obra intensiva que se posta em causa, implicará situações de verdadeira catástrofe social, sem alternativas laborais para potenciais desempregados em massa, em regiões já de si muito deprimidas.

A indústria têxtil e do vestuário atravessa actualmente particulares dificuldades, tendo em conta a situação conjuntural de crise que se vive.

E Portugal, infelizmente, apresenta uma das maiores taxas de desemprego da União Europeia.

Não obstante, lamentavelmente, e ao contrário do que seria suposto, as Instituições Europeias preparam-se para aprovar uma decisão, que abrirá o mercado da União aos produtos têxteis e do vestuário, oriundos do Paquistão, na base daquilo que se designa de direitos

Doc 3
(1:2:4/1/1)
D.
União Europeia


"zero", e porventura da cláusula MFN (Most Favoured Nation), o que significará estender a liberalidade a outros países exportadores têxteis de grande dimensão e potencial, como a Índia e a China.

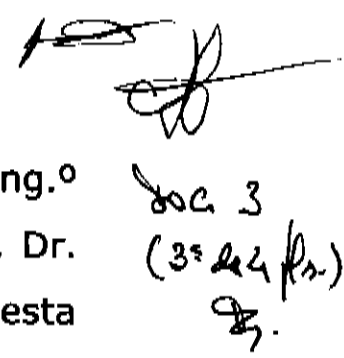
Esta decisão será devastadora para a indústria portuguesa e em particular para as empresas da nossa região.

As empresas portuguesas, a quem são feitas todas as exigências, passarão a ter de concorrer com empresas paquistanesas, e eventualmente da China e da Índia, que não tendo particulares preocupações com a realidade do trabalho infantil, nem suportando custos relevantes com a protecção social dos trabalhadores, com a protecção do ambiente, ou com a natureza das matérias-primas utilizadas, subvertem as normais regras de mercado, e em manifesta concorrência desleal, colocarão os seus produtos na União Europeia, abaixo daquilo que é o próprio preço de custo praticado pelas empresas portuguesas.

Se nada for feito para evitar a referida decisão, muitas empresas nacionais serão certamente forçadas a encerrar, e os respectivos trabalhadores engrossarão as listas dos desempregados, com aumento do próprio custo social do Estado.

Tendo em conta estas consequências, o Deputado Europeu do CDS/PP, Dr. Nuno Melo, já requereu que o assunto fosse levado a debate no Parlamento Europeu, ao


Doc 3
(2^a de 4 p^{as})
Bj



Doc 3
(3:24/12)
S.

mesmo tempo que escreveu ao Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates e do Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, instando-os a que se oponham a esta decisão, no âmbito das suas competências.

Por seu lado, o Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República, solicitou igualmente a audição urgente, do Senhor Ministro da Economia, para dar explicações sobre o assunto no Parlamento.

Impõe-se, não obstante, que a discussão aconteça igualmente ao nível do poder local, mais ainda nas regiões particularmente afectadas, de que o nosso concelho é exemplo.

Afinal, trata-se da sobrevivência das nossas empresas e respectivos postos de trabalho.

Pelo que o Grupo Municipal do CDS/PP propõe a aprovação de um Voto de Protesto:

- Contra a possibilidade da abertura do mercado da União Europeia, aos produtos têxteis e do vestuário, oriundos do Paquistão, da China ou da Índia, que produzidos sem particulares preocupações de combate ás realidades de trabalho infantil, nem respeito por exigências de protecção social dos trabalhadores, custos com a protecção do ambiente, e fiscalização da perigosidade das matérias primas, constituirão uma forma de concorrência desleal, que subvertendo as normais

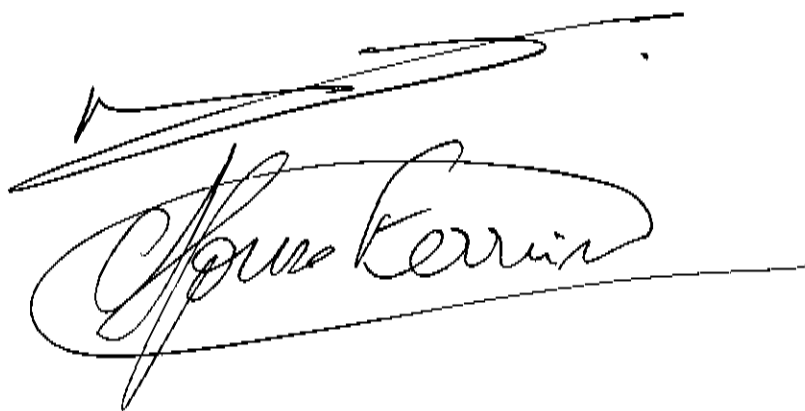
Doc 3
(4º de 4 fls.)
D.

regras de mercado, porão em causa a subsistência das empresas portuguesas do sector, e dos seus postos de trabalho.

Mais reclama a pronta intervenção do Primeiro Ministro, Eng. José Sócrates, e do Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, para no âmbito das suas competências se oporem a tal decisão.

Desta deliberação deverá ser dado conhecimento ao Presidente da Comissão Europeia, ao Primeiro Ministro de Portugal, e Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Visto de 10 De Setembro de 2010



Handwritten signature of João Ferraz, written in black ink. The signature is stylized and cursive, with a long horizontal line extending from the end of the name.

Semana Europeia da Mobilidade – mais uma oportunidade perdida no combate ao défice ambiental

Na Semana Europeia de Mobilidade, que decorreu entre 16 e 22 de Setembro, participaram mais de 1.150 cidades europeias. Para a iniciativa de 2010 o tema escolhido é **"Mobilidade mais inteligente, uma vida melhor"**, pretendendo-se realçar os efeitos negativos do uso excessivo do automóvel particular na saúde das pessoas e na degradação das cidades.

Se a finalidade desta iniciativa patrocinada pela Comissão Europeia é encorajar os governos locais a promover modos mais suaves de deslocação - transporte público, de bicicleta e a pé – era suposto que a Câmara Municipal de Vila do Conde se juntasse aos 55 municípios portugueses que participam nesta Semana Europeia de Mobilidade em 2010 e aos 4 (apenas 4) que fazem parte da Área Metropolitana do Porto. Mas não. O nosso município fica de fora nesta realização europeia.

Apesar das enormes potencialidades ecológicas da Área Metropolitana do Porto, as actuações predadoras dos agentes económicos conjugadas com a indiferença dos poderes públicos, criaram um enorme défice ambiental: solos contaminados por depósitos ilegais de sucatas, pedreiras e minas deixadas ao abandono, cursos de água inquinados, como os rios Ave, Douro, Leça, Tinto e Torto, ar poluído com ozono e partículas (PM10) em demasia, biodiversidade afectada pelos fogos florestais, etc.

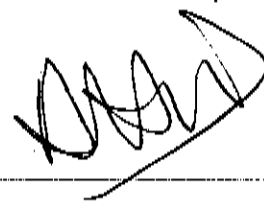
Neste défice ambiental tão expressivo, uma participação em grande número dos municípios que constituem a AMP na Semana Europeia da Mobilidade teria um papel sensibilizador da necessidade de promover mais modos de deslocação suaves – através do transporte público, da bicicleta e a pé – até porque o excessivo tráfego rodoviário provoca inúmeros problemas aos cidadãos, lesões e mortes por acidentes de viação, poluição sonora e degradação da qualidade do ar nos centros urbanos...

As forças políticas maioritárias não querem entender que a afirmação económica, social e cultural das cidades e da região do Porto não ocorrerá nem pela baixa dos salários, nem pela concessão de apoios financeiros aos empresários, nem pela diminuição da carga fiscal sobre as empresas. É a excelência ambiental que atrairá as actividades económicas de alta densidade tecnológica de que as cidades da região Norte tanto precisam.

A participação de todos os municípios metropolitanos dirigidos pelo PSD e PS na Semana Europeia da Mobilidade poderia ajudar no combate ao défice ambiental. Mas a indiferença da Câmara Municipal por esta iniciativa europeia, significa mais uma oportunidade perdida na luta tão exigente pela excelência ambiental no município de Vila do Conde e na Área Metropolitana do Porto.

28 de Setembro de 2010

armando herculano



CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Proposta de

Moção

A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar.

A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares.

A exemplo do que se verificaria também a 25 de Abril de 1974, o Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da revolução republicana. E, mesmo quando a aquela periclitou, foi ao povo que coube assumir a bandeira da República e torná-la vitoriosa.

Cumpre, evidentemente, recordar a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX.

A propósito referia, aliás, o jornal vila-condense “A República” na edição de 1 de Janeiro de 1911: *“A monarquia caiu em 5 de Outubro, e toda a gente observou que ela caiu desamparada de todo o afecto, sem a menor resistência, amaldiçoada por muitos e abandonada por todos...”*.

Tal como cumpre recordar também, os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891, abrindo caminho para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal.

Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as

doc 5
(2ª de 2/10)

máximas da Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória.

Pelo seu papel em prol da República, pela defesa do seu ideário, bem como pelo papel desenvolvido na sua consolidação, enquanto vila-condenses, cabe aqui, entre outros, destacar vultos como João Canavarro e António Pereira Júnior.

Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja, do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades começaram a ser enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores.

A proclamação da Republica Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes.

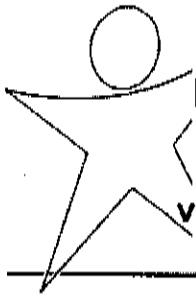
Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974) permaneceram vivos na memória do Povo Português como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril, e que finalmente cumpriu os objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir.

Assim, na iminência do seu centenário, a Assembleia Municipal de Vila do Conde convida todos os vilacondenses a participar nas comemorações que vão ser levadas a efeito, exortando à sua presença massiva na Praça da ~~República~~ pelas 10 horas, do próximo dia 5, pelas 10,00 horas.

Vasco de Gouveia

Viva a República
Viva Portugal

27 Setembro/2010



Bloco de Esquerda

Vila do Conde e Póvoa de Varzim

*(15 de 2010)
28/9/2010
Dr.*

1/2

Acta de 30 de Junho

página 12:

intervenção de Fernando Reis:

"..o PS e um dos seus porta-voz,..."

Creio que o plural de de '**Porta-voz**' é '**Porta-vozes**'

página 13:

intervenção de Manuel Amorim:

"...transcreverem exactamente o que está nas Actas..."

transcreverem o que está nas **cassetes**.

página 38:

intervenção de Armando Herculano:

"...a cada um grupo e a cada ponto um terminado tempo..."

um **determinado** tempo.

página 39:

intervenção de Manuel Amorim:



Doc. 7
28/9/2010

PROPOSTA

PARA O CONSELHO CINEGETICO E DO
CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL O SENHOR
PRESIDENTE DO JUNTO DE FREQUENTES DE FERREIRÓ
LINO CUNHA

30